

• **Pesca** Delegação de Coimbra organiza concurso desportivo no rio Mondego e põe deficientes de várias instituições de cana na mão.

página 6

• **Exposição** No Museu do Chiado, escultura do século XIX e XX para ser vista por cegos.

página 2

• **Passadeiras** Os novos acessos ao areal da praia de Vila Nova de Milfontes já podem ser utilizados pelos deficientes.

página 5

• **Entrevista** Presidente da Delegação de Famalicão à conversa com o ELO explica as suas ideias.

página 7



ADFA



PORTE PAGO

Projectos de decretos-lei apresentados pelo Governo

ADFA intransigente na acumulação de pensões

página 16

Radiografia ao sistema público de circulação revela que quase tudo está por fazer

Transportes para deficientes: colectivos mas pouco

O sistema de transportes públicos colectivos está longe de satisfazer as necessidades mais elementares dos deficientes, sejam motores ou invisuais. À falta de acessibilidades dos terminais e estações, juntam-se os próprios veículos, cujas características representam autênticas barreiras intransponíveis, para quem não se desloca sem o auxílio de uma cadeira de rodas ou sem os "olhos" de uma bengala. As alternativas são poucas e elas próprias deficientes: nos serviços especiais de transporte público, rotas, escassez de veículos e preços são também barreiras, desta feita, invisíveis.



páginas 8 e 9

Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária Convocatória

Nos termos dos Artigos 28º e 29º dos Estatutos e das Disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar no dia 15 de Novembro de 1997 (Sábado), das 9.00 às 19.00 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Nacionais e Locais para o triénio de 1997-2000.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede Nacional, Edifício ADFA, em Lisboa, nas instalações das Delegações e noutros locais decididos pelas Mesas de Assembleia Geral de Delegação e ainda nos Núcleos existentes.

Nota: O prazo para apresentação de listas termina às 18.00 horas do dia 10 de Outubro de 1997.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício (Presidente)

Especial eleições ADFA

Com o objectivo de difundir as diversas opiniões dos membros do Conselho Nacional e dos presidentes dos órgãos aí representados, e porque as eleições nacionais se aproximam, o ELO passa, a partir desta edição, a trazer uma secção especial dedicada ao tema. Para este número, foram ouvidos os conselheiros da lista autónoma e o presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional.

páginas 12 e 13

Turismo para deficientes está de férias

Horários de transportes, trajectos a percorrer, hotéis para ficar e locais a descobrir são metas essenciais para quem prepara umas férias. No entanto, em Portugal, esta programação torna-se complexa e quase impossível quando se trata de deficientes: a informação é escassa, os apoios são poucos e a indústria hoteleira só agora começa a acordar lentamente para este segmento de mercado.

página 11

Ficha técnica

ELO

PROPRIEDADE

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADMINISTRAÇÃO

E REDACÇÃO

Av. Padre Cruz - Edifício ADFA
1600 LISBOA
Telefone: (01)7570502
7570583 / 7570645 / 7570702
Fax: 7571319

DIRECTOR

António Carreiro

REDACÇÃO

Miguel Martins (editor),
Nuno Crespo, Sabina Xavier Pina,
Anabela Vieira (Porto)
Farinho Lopes (fotografia),
Maria José Carriço (secretariado)

COLABORADORES

Abel Fortuna, Armando Guedes da Fonte, Carlos Mendes, Carmo Vicente, Hugo Guerra, Jaime Ferreri, Jerónimo de Sousa, José Diniz, José Maia, José Monteiro, João Gonçalves, José Valente dos Santos, Lia Katali, Patuleia Mendes, Sá Flores, Victor Sengo

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Maquetagem

Miguel Peixe Dias

MONTAGEM E IMPRESSÃO

Imprinter SA, Rua Sacadura Cabral, 26 Algés. Tel. 4198065
Gravação do ELO sonoro:
Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Depósito Legal: 99595/96

Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal.

Assinatura anual: 1 400\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número

9 500 exemplares

O ELO corrige

• Na edição anterior do ELO, página 2, no texto sobre o monumento aos soldados mortos no Ultramar, no título, onde se lê "(...) homenagiados por Oeiras", deveria ler-se: "(...) homenageados por Oeiras".

Museu do Chiado promove exposição para cegos

Cultura mesmo à mão

NO MUSEU do Chiado, em Lisboa, os deficientes visuais podem, desde o dia 17 de Julho, ver a exposição de escultura do século XIX e XX na sala das Abóbadas e no Jardim. Doze peças de mármore e bronze, cuidadosamente seleccionadas de forma a proporcionar ao visitante invisual uma mostra de qualidade sem prejuízo das obras, podem ser apreciadas por cegos e amblíopes, graças a um percurso táctil acompanhado de catálogos em Braille ou escrita ampliada.

Ao chegarem ao museu, os deficientes recebem três plantas, o que lhes possibilita deslocarem-se pelos seus próprios meios ao longo de todo o percurso da exposição e assim usufruírem ao máximo toda a colecção exposta. Para Catarina Moura, técnica do Serviço de Educação do museu, esta é a "exposição possível dentro do possível", e fundamenta recordando que para trás ficaram dois anos de trabalhos, avaliações e ensaios até que finalmente foi tudo seleccionado e definido, "tanto quanto nos foi possível, quer da colecção quer dos percursos". A responsável acrescenta ainda que "dá muito gosto, poder agora, dar a ver ao cego a escultura da sala das Abóbadas e do Jardim". No entanto, Catarina Moura lembra que uma "iniciativa deste género depende sempre da vontade dos museus, pois, habitualmente, as exposições de escultura não são para se verem com as mãos".

Como resposta à proposta do Instituto António Feliciano de Castilho - no sentido de abrir a exposição a deficientes visuais - os responsáveis do Museu do Chiado "quiseram que a criação de hábitos de frequência autónoma do espaço, por parte de visitantes invisuais, não significasse uma separação entre cegos e não cegos".

Para evitar que o constante con-



Com a colocação de um líquido nas mãos os cegos também "vêem" as obras

tacto das mãos com as peças possa prejudicar as obras, é colocado sob as mãos do visitante deficiente - logo no início do percurso - um líquido especial que evita que sujidades e gorduras danifiquem as esculturas.

Com esta mostra, o Museu do Chiado associa-se a outros museus no projecto de "Organização de Exposições para Deficientes Visuais em

Colaboração com os Museus", do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, em colaboração com o Ministério da Cultura e o Instituto Português de Museus.

Até ao momento, o Museu do Chiado tem recebido inúmeros telefonemas de possíveis visitantes interessados em obter informações sobre a exposição. • N.C.

Informações

Natação terapêutica

ESTÃO abertas as inscrições para a frequência de aulas de natação terapêutica para deficientes, época 1997/98, que terão lugar nas piscinas do Futebol Clube do Porto. A mensalidade para quem faz renovação de cartão é de 2.750 escudos ou de 5.400 escudos para quem faz inscrição. Os utentes das piscinas têm direito a duas aulas semanais, acompanhados por técnicos especializados. Os interessados devem contactar a Delegação do Porto da ADFA.

Medicina dentária

A DELEGAÇÃO do Porto estabeleceu em protocolo com o Centro de Estudos de Medicina Dentária, em Paços de Ferreira. O acordo prevê a redução de preços nos serviços prestados pela clínica a asso-

Férias ADFA

- Sede da ADFA em Lisboa
Encerrada de 1 de Agosto a 2 de Setembro, com excepção dos serviços de atendimento aos associados na secretaria.
- Delegação de Famalicão
Funcionará normalmente de 1 a 9 de Agosto e a partir desta data permanecerá fechada até 1 de Setembro.
- Delegação de Bragança
Interromperá a actividade de 21 de Julho a 14 de Agosto.
- Delegação de Évora
Estará encerrada durante o mês de Agosto.
- Delegação de Coimbra
Encerrada de 1 a 16 de Agosto.

ciados da ADFA e familiares. Para beneficiar do acordo, basta apresentar o cartão de sócio com as quotas devidamente regularizadas.

Levantamento na Maia

A CÂMARA Municipal da Maia está a fazer a actualização do levantamento de deficientes e inadaptados do Con-

celho. O projecto está incluído no plano de acção social da Câmara para a promoção e integração dos deficientes e inadaptados. Os interessados em colaborar no projecto devem contactar a Delegação do Porto, no sentido de autorizar os serviços da mesma a fornecer os seus dados pessoais, tais como nome, morada e tipo de deficiência.

Cartas para Austrália

KERRIE STEVENSON vive na Austrália e quer corresponder-se com jovens invisuais portugueses. Para atingir este objectivo, Kerrie pediu à Associação Promotora do Ensino dos Cegos ajuda para divulgar o seu desejo. Os interessados em estabelecer contacto com a jovem australiana devem escrever em inglês para: Kerrie Stevenson, 5 Henrya Street, Gympie 4570 - Austrália.

Fados em Aveiras

ENCONTRA-SE já em preparação a tradicional noite de fado promovida anualmente pelo Núcleo de Aveiras. Com data prevista para dia 15 de Novembro, espera-se que o evento tenha uma adesão significativa. O ELO conta adiantar mais pormenores nas próximas edições.

5 de Setembro - 20h30, na Sede, reunião de associados para debate e discussão do processo eleitoral, na sequência dos jantares convívio.

6 de Setembro - 10h00, na colónia balnear da Aguda, Arcozelo, reunião dos elementos dos órgãos nacionais e locais, a convite da Mesa da Assembleia Geral Nacional, para reflectir sobre o futuro da Associação e decisão sobre a apresentação, ou não, de lista A.

6 de Setembro - 15h00, na Delegação do Porto, reunião de associados, com a seguinte ordem de trabalhos: 1 - informações; 2 - caderno reivindicativo apresentado ao Ministério da Defesa - a) deficientes em serviço, b) viúvas.

19 de Setembro - 20h00, na Sede, jantar convívio de associados para debate e reflexão sobre a ADFA.

20 de Setembro - 10h30, Parque de Merendas de Valado de Frades, junto à estação dos caminhos de ferro, encontro de associados residentes na área do Núcleo de Alcobaca. No entanto, desafiam-se os núcleos de Aveiras de Cima e Peniche para se juntarem ao convívio, uma vez que o Núcleo organizador garante sardinhas, a carne, pão caseiro e vinho. Se o tempo não ajudar, não permitindo o encontro ao ar livre, compareça na mesma, pois lá estará alguém que lhe indicará o local para onde se deverá dirigir. Os interessados deverão inscrever-se até ao dia 15 de Setembro através dos seguintes telefones: Silvío Lourenço e Daniel Silva, (062) 502354 e 503133 respectivamente.

26 de Setembro - 20h30, na Sede, reunião da Direcção Nacional com os sócios com a seguinte ordem de trabalhos: 1 - Reivindicações legislativas; 2 - Informações de carácter geral.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no nº4 do Artº8 dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Luis Filipe Nunes dos Santos; Amaral Amosse Elias Mabunda; Edmundo Simão Langa; Luis Gil Pires Cerdeira; Carlos Manuel Rodrigues Dias Costa; José Miguel Aguiar Farragó Dias; Victor Manuel Barrocas Borrego; Joaquim Vitória Mação; Henrique Manuel Henriques de Jesus; Alfredo Sezinando dos Remédios; Domingos Amante Lopes; Eduardo Manuel Lima; João Filomena Ferreira Fradinho; José Manuel de Matos Gonçalves; José Marques Matos; Mário Coluna de Sá; Manuel Francisco Dias Correia; José Rabaça Albuquerque; José Manuel Batoques Foles; José Silvestre Martins Maria Augusta Freitas Caboz; Maria Gorette Freitas Andrade; António José Reis; João Artur Ribeiro Gouveia de Almeida; Carlos Alberto de Barros Fernando Manuel de Sá Fialho de Oliveira; Amadeu Augusto Pires; Juvita António Quessanque Martins; José Armando de Castro; Luis Miguel Nunes; João António Seixas; Adriano Soares Bandeira; Manuel António Azevedo São Martinho; António Ribeiro Vieira; António Moreira da Silva; Amélia Rosa Ferreira da Silva; Fernanda Aurora da C. Lima Barbosa Lidia Braga Monteiro; Maria das Dores Fernandes Martins; Margarida Rosa Dias; Conceição Rodrigues Leitão; Manuel da Costa André; José Santos Jesus Mouchão; Guilherme Almor de Alpoim Calvão; Maria Inês Andrade; Maria José Andrade Vieira; Maria Helena Andrade Vieira

Editorial

Suicidaram-no



António Carreiro

Dois tiros e estava tudo acabado. Resolvido. Vencera a humilhação, a indignidade e a dor.

Tinha vinte e sete anos e viveu em liberdade. Não se lembrava sequer do 25 de Abril de tão pequeno que ainda era.

Prezava os valores sãos. A coragem, a lealdade, a honestidade, a dedicação e enorme capacidade de entrega. Era militar por opção. Ingressou na Armada e não se poupou a esforços para ser o melhor.

Resumia a sua vida à carreira e à mãe. Sobreveio a doença. Venceu-a e lá estava na Escola Naval, em exercícios físicos duríssimos, em corridas, marchas nocturnas intermináveis, pistas de obstáculos e destreza, semanas de campo, "slides", "rappel", simulacros de guerra.

A radioterapia administrada preventivamente começou a corroer-lhe a medula. A dureza da preparação militar, aproveitando-se do seu espírito de sacrifício, precipitou o desfecho. Inexcedível em esforço, parou na cadeira de rodas. Mas não está vencido. Requer ao Chefe do Estado Maior para lhe considerar a doença em serviço e que lhe atribua uma pensão que o não deixe a vegetar. "Em serviço e susceptível de agravamentos futuros", é a resposta.

Altera planos e prepara-se para entrar na faculdade. Porém a Caixa tem dificuldades em reconhecer as condições especiais do serviço militar. De forma categórica e muito simples, apoiando-se em parecer médico, que não teve possibilidade de ver quaisquer relatórios clínicos do doente, ditou o veredicto da indigência: não tem relação com o serviço. E r a muito mais forte do que a dor constante da doença. Trinta e tal contos por mês não davam nem para ele, nem para a mãe, nem para o quarto. Pensar em faculdade?

Lutou ainda. Mas a dor da alma é muito mais terrível do que a da doença. Não aguentava aquela humilhação. Longe iam os tempos em que com orgulho representara a Armada e Portugal. Um primeiro Sargento na miséria!

Tinham-no encurralado. Não havia alternativa. Vegetar na indignidade é que não admitiria.

Mas a mãe? Não a iria deixar sozinha. Como? Não era possível! Não aguentava aquela antevisão de sofrimento e de dependência. Não podia ser. Corajoso, determinado e bom filho, como sempre fora, levou-a com ele.

Dirão que a culpa não foi da Armada. Nem da Caixa. Insinuações até que o homicídio e o suicídio são proibidos por lei, condenando-o mais uma vez. Os mais ineptos dirão que a culpa é do sistema.

Pois senhores políticos, generais almirantes e administradores, a culpa é vossa. Que vos roa a consciência, por toda a vida, em memória dele. •

Grande Plano

Trinta moedas por um cão



Jaime Ferreri

À vida sobrepõe-se a mecânica dos motores em cavalos que não relinham, que não precisam de cuidados, dum cama limpa, dum treino aturado. O sentido de responsabilidade do animal que se trata, se educa e se alimenta também contribui para cimentar no homem o respeito pela natureza e pelas suas regras.

duma povoação. É assim o egoísmo do homem que dele se serve para a caça ou para companhia e depois o rejeita e abandona. Apenas um treino na traição que um dia não poupará a um amigo...

É assim que pouco a pouco a sociedade se desumaniza, se torna insensível. À vida sobrepõe-se a mecânica dos motores em cavalos que não relinham, que não precisam de cuidados, dum cama limpa, dum treino aturado. O sentido de responsabilidade do animal que se trata, se educa e se alimenta também contribui para cimentar no homem o respeito pela natureza e pelas suas regras.

É por isso que cada vez mais me canso dos que batem quilómetros de alcatrão à procura dos peixes que

aqui nascem, dos coelhos que nos mordiscam as couves, das perdizes que partilham connosco a sementeira e ainda nos largam o que não que-rem. A raiva é sempre a mesma; no acto do cão que ora "forçam" a roubar e depois largam noutra sítio; na poluição que fica em plásticos, em cartuchos vazios; nas árvores de fruto que vergastam a carregar o bernal como se donos fossem do pomar.

De tempos em tempos estes homens têm de renovar a carta de caçador. Para renovar a dita carta de caçador é sempre preciso um registo criminal. Basta dirigirem-se a qualquer tribunal onde um funcionário eficiente, disponível na informação e com um sorriso de simpatia parece encurtar o tempo da demora.

Quando o certificado é entregue repara-se na frase lapidar a surgir como um dedo apontado, "acerca do indivíduo nada consta". O Estado, o Ministério da Justiça, parece adivinhar e duvida antes de mais de toda a gente. A palavra indivíduo surge como garantia do comportamento do requerente. Pode haver qualquer anomalia, qualquer falha a apontar, ninguém é santo nesta terra... e a palavra indivíduo lá está a prevenir um abuso, uma possível leviandade.

Mas ainda me resta a esperança: quem sabe um dia os possuidores de espingardas que precisam de registos criminais para delas fazerem uso, se tornem defensores da natureza e do ambiente, sejam caçadores autênticos e que um ministro a quem de pequenino ensinarem a confiar nos homens porfie mudar o carimbo e na sociedade justa e partilhada que desejamos, no direito de cidadania a faltar nesta democracia, possa surgir a frase: "acerca deste cidadão nada consta". •

P.S: Quando todos formos cidadãos só um cretino ousaria escrever um texto destes.

Episódios



O Homem e os seus mundos

José Diniz

Há 500 anos Vasco da Gama embarcava para a viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Com o sucesso desta viagem consolidou a aventura portuguesa de "dar novos mundos ao mundo".

Há 28 anos o astronauta norte-americano Neil Armstrong foi o primeiro humano a pisar solo lunar. Foi "um pequeno passo para o homem, mas um passo de gigante para a Humanidade".

Há algumas semanas desceu em Marte uma nave automática dos EUA que, através de imagens espectaculares, tem revelado ao mundo as características do planeta vermelho. A alegria foi enorme entre os responsáveis por mais esta aventura.

As consequências do feito de Vasco da Gama já são por demais conhecidas. Por um lado, desfez mitos, abriu novos horizontes à Europa de então, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do conhecimento. Por outro lado, o preço pago por Portugal e pelos Portugueses, pela ousadia dos Descobrimientos, foi altíssimo ao longo destes 500 anos. Nas lutas que teve de travar com os autóctones dos territórios ocupados e com forças de outras nações europeias que, na nossa peugada, também se expandiram para as Índias, Américas e África, muitos milhares de portugueses por lá pereceram, umas vezes cobertos de glória, outras obscuramente naufragados em ignotos mares ou perdidos em imensos sertões.

A aventura portuguesa terminou, dolorosamente, há 23 anos. De então para cá o mundo sofreu transformações radicais. A Guerra Fria acabou, bem como a maior parte dos conflitos regionais que ela fomentava. As nossas Forças Armadas voltaram a África, não "rapidamente e em força" para fazer face a insurreições armadas ameaçadoras da nossa soberania, mas integradas em missões internacionais de paz ou em acções de cooperação directa com os países lusófonos.

Enfim, parece que, finalmente, estamos no melhor dos mundos com os povos e as nações a entenderem-se e a sanarem os focos de conflito pela via política e diplomática. Que bom seria que a irracionalidade da guerra jamais se sobrepusesse à comunicação e à convivência universal!

Mas, tal como há quinhentos anos, não estará a Humanidade a iniciar uma nova era que se sabe como começa, mas nunca como acabará? Não estará o Homem, depois de pacificada a Terra, a lançar-se em perigosas aventuras espaciais? Não terão os nossos descendentes do Século XXI, em nome de excelsos valores, de combater em "guerras das estrelas" ou de cumprir missões de soberania na Lua ou em Marte?

Sejamos optimistas e confiemos que o Homem saiba evitar as guerras terrenas e celestes. Que esta sua ansia legítima de conhecimento, de se tornar cada vez mais super-homem e de pretender atingir o absoluto, não o faça esquecer a sua condição humilde de ínfima gota num Universo que, à medida que se desvela, cada vez mais infinito e misterioso se revela. •

Encontro da Federação Mundial dos Antigos Combatentes

ADFA apresenta cinco propostas

DE 9 a 15 de Novembro vai realizar-se em Seul, na Coreia do Sul, a 22ª Assembleia Geral da Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC) - organização internacional não governamental, fundada em 1950 e que reúne todas as associações idênticas à ADFA espalhadas pelo mundo. Entre as muitas associações que vão estar presentes, também a ADFA dará o seu contributo em representação de Portugal, apresentando cinco projectos de resolução

para que as associações membros da FMAC desenvolvam esforços junto dos seus governos e opinião pública, no sentido de fazer pressão para pôr em prática tais medidas.

Os projectos de resolução que a Associação pretende apresentar em Seul dizem respeito à saúde, assistência social e criação de lares para deficientes e idosos; cooperação e solidariedade para com os países do terceiro mundo; direito à liberdade, autodeterminação e independência do po-

vo de Timor; proibição do uso, armazenamento, produção e comercialização de minas anti-pessoal e adopção, por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas, do documento da FMAC "Princípios Directores dos Direitos Fundamentais dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra" como declaração de princípios a seguir por todos os governos, em todo o mundo.

Em resultado do trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos, por

um grupo criado para o efeito e onde a ADFA também esteve envolvida, o Bureau Executivo da FMAC vai apresentar algumas propostas que visam, principalmente, alterar aspectos que vão desde o sistema de eleições para os seus membros, até ao papel das comissões permanentes para os assuntos da Europa, África, Ásia e Pacífico e por uma maior representatividade das comissões permanentes junto do Bureau Executivo da FMAC. •

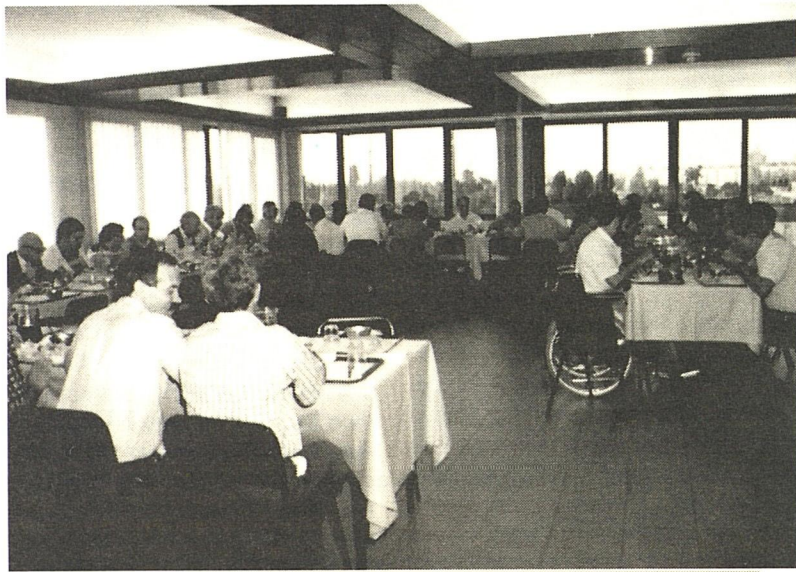
Jantar-convívio na sede

Condução das reivindicações legislativas em causa

REALIZOU-SE, no passado dia 17, um jantar-convívio, no restaurante da Sede. Foi o terceiro de uma de uma série de convívios que um grupo de associados está a promover, conforme noticiado no último ELO, para debate e reflexão sobre o futuro da ADFA, tendo em vista o próximo acto eleitoral.

Os associados começaram a concentrar-se, pelas 18 horas, no Bar e ao jantar eram 64 os convivas, oriundos na sua maioria da zona de Lisboa, mas contando também com a presença de alguns associados de Viseu e Coimbra.

Como é hábito, alguns associados teceram considerações sobre o momento actual da ADFA e a sua visão de como deverá perspectivar-se o futuro. Designadamente usaram da palavra Armindo Roque, Carmo Vicente, Fernando Carvalho, Cabaço, Gabirro, Adérito Necho, Titus, José Monteiro, Lavouras Lopes, José Maia e Sá Flores.



Mais de 60 associados estiveram presentes no jantar-convívio

A tónica geral das intervenções, com uma ou outra excepção, foi de crítica velada ou mesmo frontal à Direcção Nacional, com base na condu-

ção das reivindicações legislativas (deficientes sem pensão, em serviço e dos PALOP, capitães-coronéis, morosidade dos processos). Sobre a ques-

tão dos capitães-coronéis e a propósito da diferença entre deficientes militares do quadro permanente e milicianos, Lavouras Lopes, referiu que existe já um grupo organizado à margem da ADFA, sobre o assunto.

Foi criticado o facto de ainda não se ter realizado o Congresso e Sá Flores chamou à atenção para a nova composição do Conselho de Reabilitação, que exclue a ADFA, a APD e a CNOD.

Ficou agendado novo jantar para dia 19 de Setembro, pelas 20 horas. Entretanto, os associados, José Monteiro, Gabirro, Arruda, Armindo Roque e Adérito Necho, que têm participado nestes convívios, solicitaram ao ELO que noticiasse a realização de uma reunião aberta a todos os associados, a realizar no próximo dia 5 de Setembro, pelas 20 horas e 30, na Sede, tendo como objectivo o debate e discussão mais aprofundado, da participação no processo eleitoral já em curso. • A.C.

direito de resposta

Jantar de associados

"Grupo prepara movimento para as próximas eleições na ADFA"

OS PARTICIPANTES no jantar, que a edição nº 266 do ELO titula como movimento para as eleições a realizar no final do ano para os corpos gerentes da ADFA, sentem necessidade de melhor esclarecer e repor a verdade dos factos ao Sr. Director do ELO, por considerarem que a notícia, tal como foi dada, é dúbia, informa mal e transmite aos associados da ADFA a ideia da existência de um grupo de oposição devidamente organizado.

O propalado jantar nasceu espontaneamente dentro de um grupo de sócios que sentem que as coisas não vão bem na ADFA! Por isso, entendemos que o melhor seria juntar todos aqueles que quisessem reflectir em conjunto os seus problemas, não excluindo sequer membros de todos os Órgãos Sociais Nacionais que individualmente quiseram participar na sua exclusiva qualidade de sócios.

Assim, nos referidos jantares, foram abordados alguns temas e feitas algumas reflexões em voz alta que,

para melhor esclarecimento, adiante se anunciam:

1 — Tiveram os associados conhecimento do concreto das propostas de legislação apresentadas pela Direcção Nacional ao Governo?

2 — Alguma vez os sócios ditos de "serviço" foram auscultados sobre as suas situações e a melhor forma de as resolver condignamente?

3 — A legislação que abrange os denominados "Capitães-Coronéis" foi em tempo e devidamente avaliada de forma a acautelar os justos direitos de todos os associados da ADFA, presumivelmente com direito a serem abrangidos por essa legislação?

4 — Os associados participantes nos ditos jantares, fazem-no livremente e porque na sua maioria entendem que o estado actual das coisas não é de forma a terem esperança na resolução das situações vexatórias da dignidade humana, como é o caso dos deficientes militares "sem pensão" e de alguns dos denominados deficientes em

serviço.

5 — Se da nossa parte existem alguns laivos de injustiça para com a Direcção Nacional, mais uma vez dizemos que a culpa lhe cabe inteiramente, pois, a informação que nos dá, leva-nos a pensar e a agir como o temos vindo a fazer.

6 — Mais ainda, lamentamos que o Director do jornal ELO, tenha evidenciado a palavra ELEIÇÕES e não tenha expressado, suficientemente, a indignação dos presentes, pela forma como a Direcção Nacional e o Governo têm tratado os problemas dos deficientes militares, nomeadamente legislação, reabilitação e assistência médica.

7 — Por último, e talvez o mais importante, é o facto de os participantes nestes jantares sentirem que se tem vindo a formar um vazio associativo, vazio de estratégia e de alma associativa, que a continuar, por certo provocará um clima de descaracterização institucional acompanhado de crescente desumanização, relegando para segundo plano o in-

divíduo, em concreto o deficiente, subjugando-o à abstracção orgânica e burocrática da máquina, sujeitando-o a um quadro de normas, hierarquias e deveres em detrimento das suas reais necessidades.

No entanto, se destes jantares nascer uma candidatura aos Órgãos Nacionais da ADFA, deverá considerar-se um contributo legítimo e valioso para o desenvolvimento da vida associativa.

Este documento foi aprovado, por maioria, no jantar que se realizou na Sede, no dia 17 de Julho, onde estiveram presentes 64 sócios. •

NOTA DO DIRECTOR — O director do ELO considera que esta carta apenas põe em causa a competência jornalística do próprio director, autor da notícia visada. Obviamente os leitores têm direito às suas apreciações e formulação de juízos subjectivos. Não se tece, assim, qualquer comentário, sugerindo-se a releitura de ambos os textos.

Direcção Nacional reúne com associados

DIA 25 de Julho realizou-se, no auditório da ADFA em Lisboa, a habitual reunião mensal entre os sócios e a Direcção Nacional da Associação. As questões reivindicativas respeitantes às duas propostas de legislação sobre deficientes em serviço, viúvas e constituição de juntas médicas da Caixa Geral de Aposentações foram os assuntos mais debatidos. Foram também abordadas todas as implicações da saída do decreto-lei 134/97 referente à situação do chamado caso dos "Capitães-Coronéis", tendo os associados apresentado vários exemplos que "demonstram as injustiças" criadas pela saída do diploma. A Direcção Nacional reiterou aos associados que a "ADFA não aceitará esta situação", estando previsto que o assunto seja analisado na próxima audiência com o secretário de Estado da Defesa. Os sócios presentes salientaram ainda a necessidade dos serviços médicos da Associação "não perderem o carácter complementar em relação aos serviços médicos militares". •

Sócios aderem a cartão GALP/ADFA

MAIS de 750 associados, em todo o país, já aderiram ao cartão GALP/ADFA. O sistema possibilita a todos os sócios — que tenham as quotas em dia — e familiares um desconto que aumentou já para 4\$50 (mais 50 centavos do que o inicialmente previsto — ver ELO de Julho), na compra de qualquer combustível nos postos de abastecimento da GALP. A nova modalidade permite ainda o pagamento a crédito do abastecimento. Aos interessados basta preencher o contrato de adesão, denominado "Cartão GALP Frota/ADFA", entregando, na altura da inscrição, uma fotocópia do bilhete de identidade, 300 escudos por cartão, o número de identificação bancária (NIB) e o cartão de sócio. Cerca de três semanas, após ter efectuado o pedido, o cartão será enviado pelo correio para casa do associado, que deverá acusar a sua recepção no sentido de lhe ser também enviado o código de utilização, visto o sistema funcionar tipo cartão de multibanco. •

Reunião com secretário Nacional de Reabilitação

ANALISAR a criação do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CN-RIPD) foi o principal assunto discutido na reunião, dia 24 de Julho, entre o secretário Nacional de Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, e responsáveis da Associação. Durante a audiência, a ADFA além de manifestar as suas preocupações relativamente à forma encontrada para a composição do CN-RIPD por áreas de deficiência (ver notícia na página 16), disponibilizou a Sede nacional e o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia para realizar em Setembro um conjunto de reuniões com as câmaras das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, destinadas a abordar os problemas das barreiras arquitectónicas nas grandes cidades, uma vez que as autarquias desempenham um papel muito importante nesta matéria. O secretário Nacional de Reabilitação aceitou a sugestão da ADFA ficando encarregue da convocação das reuniões. •

Novos acessos no areal de Milfontes já estão prontos

Passadeiras na praia eliminam barreiras



As passadeiras na areia somam 80 metros

JÁ FORAM colocadas na praia de Vila Nova de Milfontes as duas passadeiras de madeira que permitem o acesso de cadeiras de rodas ao areal. A obra — cuja ideia partiu de um associado da ADFA — custou pouco mais de 500 contos e foi simbolicamente inaugurada, dia 21 de Julho, pelo director do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), João Nunes, pelo presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, José Gabriel, e pelo representante da Direcção Nacional da Associação, Carlos Mendes.

As passadeiras agora colocadas, além de tornarem a vida mais fácil dos deficientes e de todas as pessoas que se deslocam à praia, uma vez que antigamente não existia qualquer solução que facilitasse o andar sobre o areal, ajudam a proteger as dunas e a vegetação que segura as areias, evitando o aparecimento de zonas de erosão.

João Nunes, director do PNSACV (entidade que financiou a obra) reconheceu ao ELO que a proposta do associado da ADFA foi “um bom pretexto e permitiu juntar o útil ao agradável,

pois facilita-se o acesso à praia e preserva-se o meio ambiente”.

As passadeiras agora construídas (uma com 50 e outra 30 metros de comprimento) têm metro e meio de largura, possibilitando a passagem de cadeiras de rodas nos dois sentidos, bem como um espaço de dois centímetros entre as tábuas para que a areia não se acumule em cima do caminho.

A ideia de construir o acesso partiu de um associado da ADFA que, no ano passado, sensibilizou o Parque Natural para as dificuldades que enfrentavam todos aqueles que queriam ir à praia em cadeira de rodas, propondo a construção das passadeiras como solução para o problema. Por falta de verba só este ano foi possível a viabilização do projecto.

A praia de Vila Nova de Milfontes encontra-se dentro da área protegida do PNSACV, uma zona com recursos naturais, paisagísticos e sócio-económicos muito próprios que importa salvaguardar. A preservação do ambiente é acima de tudo “uma questão de sensibilidade”, sublinha o director do Parque, acrescentando que to-

do o “desenvolvimento tem que ser sustentado”. Para o responsável o importante é que as pessoas percebam que a natureza existe “não para nos servirmos dela a nosso belo prazer, mas sim para aproveitarmos aquilo que nos dá”.

Para que o projecto inicial fique concluído, falta apenas a criação, por parte da Junta de Vila Nova de Milfontes, de lugares de estacionamento para deficientes.

No final da inauguração simbólica, Carlos Mendes, da Direcção Nacional, agradeceu em nome da Associação a disponibilidade e o interesse que o Parque Natural e a Junta de Freguesia demonstraram ao logo do projecto afirmando que o “mais importante não foi a grandeza da obra mas sim o gesto de preocupação para com os problemas dos deficientes”.

Logo no dia da inauguração, o novo acesso à praia de Vila Nova de Milfontes foi utilizado por um deficiente em cadeiras de rodas que pôde deslocar-se da estrada (depois de ter saído de um carro) até ao areal da praia sem necessitar de qualquer ajuda. •

Nuno Crespo

Sócio da ADFA é criador de aves exóticas em Peniche

Nas asas de um passatempo



Há 21 anos que Raul Antunes cria aves

CORRIA o ano de 1976 e Raul Antunes regressava a Portugal após seis anos em França, como emigrante. No início, só criava canários mas, aos poucos e poucos, a actividade dos tempos livres foi crescendo e os canários deram lugar a papagaios, periquitos ingleses, mainas, lóris, cacatuas, bengalis e outras aves exóticas. Agora, apesar do passatempo ser também um negócio — pouco rentável, afirma — a motivação deste associado da ADFA ainda continua a ser a paixão pelos pássaros, adquirida enquanto criança e cimentada em África durante o cumprimento do serviço militar obrigatório (altura em que começou a criar as primeiras aves).

É precisamente o contacto com as aves que o ex-militar aprecia. Observar minuciosamente as cores, tamanhos e formas da imensa variedade de penas que recobrem o corpo de uma ave são motivos mais que suficientes para ultrapassar o trabalho que dá alimentar e cuidar cerca de cem pássaros. Sempre que limpa as gaiolas, demora um dia inteiro mas isso é secundário “pois há certos prazeres na vida que não têm preço e quem corre por gosto não cansa”. Como qualquer criador de animais, Raul Antunes também tem uma coqueluche, apesar de não o

reconhecer imediatamente depois de muita insistência lá vai dizendo que a lóris violeta é a sua preferida.

Há 10 anos, o associado foi fundador do Clube Ornitológico de Peniche porque, explica, “existiam muitos criadores na área que, por falta de um clube mais perto, faziam parte do Clube Ornitológico das Caldas das Rainhas”. Actualmente com cerca de 70 sócios, o clube todos os anos organiza uma exposição possibilitando a troca de informações entre criadores ou o cruzamento de espécies. Exposições como esta, juntamente com leitura de livros sobre aves tornaram-no um especialista no assunto. Doenças respiratórias ou intestinais deixaram de ser segredo para si e, hoje, é ele próprio o veterinário das suas aves, sempre que elas estão doentes.

Motorista da Câmara Municipal de Peniche (CMP) desde 1976, Raul Antunes nunca pensou dedicar-se exclusivamente ao comércio das aves, pois sabe que, apesar de um papagaio poder ser vendido por 80 contos, o negócio é incerto e “a vida não está para aventuras”.

Nascido em Peniche há 50 anos, o associado embarcou para África em Outubro de 1968 onde

foi vítima de um acidente quando preparava uma viatura pesada — conhecida por “Rebenta minas” — para uma picada. Ao substituir uma peça no veículo, o macaco partiu e a viatura acabaria por cair sobre as costas do ex-militar. No entanto, Raul Antunes torna-se sócio da ADFA apenas 22 anos depois - em 1990 - quando um colega de trabalho (também ele deficiente das Forças Armadas) o aconselha a inscrever-se. Questionado sobre o motivo da demora a inscrever-se na ADFA, o sócio explica que “na altura estava sob o efeito dos comprimidos, só com a idade é que as marcas da guerra começaram a aparecer”.

Em 1993, Raul Antunes foi dado como incapaz para todo o serviço militar pela Junta Hospitalar de Inspecção. Ao ser qualificado deficiente militar em serviço, e por exercer funções públicas, o associado viu-se obrigado a pedir autorização ao primeiro-ministro para continuar a exercer a profissão de motorista na CMP, acumulando a pensão de invalidez com a totalidade do ordenado. Procedimento que deixará de ser necessário no futuro com a entrada em vigor do novo decreto-lei sobre a situação dos deficientes em serviços, à semelhança do que já acontece com os deficientes em campanha. • N.C.

VENDE-SE

VOLVO 345 DL
Branco
Caixa Automática
Com travão na direcção
70.000 km • Ano 1983

Estimado
1 dono
C/garagem
Excelente oportunidade

Resposta aos telefones
443 55 80/849 62 14

CRÉDITO HABITAÇÃO



O Crédito Habitação do Montepio Geral oferece-lhe os produtos e serviços que, de uma forma flexível, respondem às suas necessidades na área da habitação, qualquer que ela seja: principal, secundária ou para arrendamento.

Não paga qualquer comissão de abertura de processo, nem é penalizado em caso de amortizações ou liquidação antecipada. Bata à porta certa e saiba antecipadamente com o que pode contar.

 **MONTEPIO GERAL**
HÁ VALORES QUE DURAM SEMPRE

Famalicão

Festa antiga em casa moderna

A DELEGAÇÃO de Famalicão comemorou no dia 6 de Julho o 23º aniversário, que apesar de ser a 19 de Maio, "só agora pôde ser festejado devido à agenda sobrecarregada da ADFa em termos nacionais", justificou Anquises de Carvalho, presidente da Delegação. A recepção dos convidados teve lugar nas futuras instalações — uma sala com 200 metros quadrados — situadas na Central de Camionagem de Vila Nova de Famalicão. Espaço que, ainda de acordo com o presidente, "irá satisfazer as necessidades e os desejos dos associados na zona".

O sonho já é antigo, no entanto, só agora foi possível torná-lo realidade, depois do novo espaço da ADFa em Famalicão ter sido cedido pela Câmara Municipal. Mesmo com o custo das obras de adaptação a cargo da Delegação, os projectos não faltam: está prevista a criação de um museu da Guerra Colonial, assim como uma sala para exposições, reuniões e, se houver financiamento, até para cursos de formação.

Depois da missa, habitual neste tipo de cerimónias, veio o almoço, uma sardinhada ao ar livre. Já a meio da tarde, foi tempo de cantar os parabéns à primeira Delegação a ser constituída no País e de partir o bolo, mas não sem antes se fazerem os tradicionais discursos. Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional, deixou escapar que "é ponto de honra terminar as obras das novas instalações antes das eleições", que terão lugar próximo do final do ano.

Alegando não haver motivos eleitorais, o presidente deixou clara a intenção da afirmação: "podemos sair cumprindo o que prometemos". O responsável da Direcção Nacional lembrou ainda o dinamismo da Delegação de Famalicão "que sempre esteve presente nos momentos decisivos da vida associativa", com a particularidade da equipa que fundou a delegação há 23 anos, ser praticamente a mesma de hoje, "o que revela o grande empenhamento destes sócios na defesa dos interesses dos Deficientes das Forças Armadas", concluiu.

Jorge Maurício, presidente da Mesa da Assembleia Geral, depois de felicitar os Órgãos da Delegação "pelo trabalho que têm vindo a desenvolver ao longo do tempo" e de ter apelado à participação dos sócios na vida da Associação, partiu o bolo com a filha do presidente da Delegação de Famalicão, procurando com este acto simbolizar "o futuro que a ADFa tem pela frente". Apesar do aniversário ter sido comemorado um pouco fora de horas, no final da festa, Anquises de Carvalho era um homem visivelmente satisfeito com a forma como decorreram as comemorações na Delegação de Famalicão. • A.V.

Delegação da ADFa em Coimbra organiza concurso

Deficientes pescam no rio Mondego

DECORREU no dia 4 de Julho, em Montemor-o-Velho, o 11º concurso de pesca desportiva de rio para deficientes. A organização da iniciativa coube à secção de pesca da Delegação de Coimbra da ADFa e contou com a participação de algumas instituições ligadas à deficiência, nomeadamente do Centro Psiquiátrico de Recuperação de Arnes e da Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL). Pela primeira vez, o concurso de pesca não esteve integrado nas festas da cidade de Coimbra, isto porque a Câmara Municipal fechou as portas à ADFa, e não deu qualquer apoio para a organização da iniciativa.

Mais do que um concurso, o objectivo da ida à pesca é promover o convívio entre os deficientes, sejam eles mentais, motores visuais ou auditivos. Luís Cunha, enfermeiro no Hospital de Arnes, salientou a importância de actividades como esta e diz mesmo que "é uma grande aposta trazer os deficientes para a sociedade", uma aposta com resultados positivos à vista. Exemplo disso é José Barreto, deficiente mental, que dentro do Hospital passa dias sem dizer uma única palavra, mas quando se encontra fora da instituição, torna-se uma pessoa diferente, muito mais aberta e comunicativa.

Com início previsto para as 10

horas, a prova acabou por começar mais cedo tal era o entusiasmo dos concorrentes. Depois de dada a partida para o jogo da paciência, durante cerca de três horas os pescadores esperaram que o peixe, o pouco que ainda existe no velho rio Mondego, se deixasse enganar e mordesse o isco, o que aconteceu poucas vezes.

Terminado o tempo regulamentar, chegou a altura de pesar o peixe e apurar o vencedor. A entrega das taças foi feita após o almoço — uma sardinhada ao ar livre — e depois dos habituais discursos. José Maia, presidente da Delegação de Coimbra, lamentou o facto de nem todas as instituições convidadas terem comparecido, no entanto, fez um balanço positivo ao afirmar que "o objectivo foi conseguido e que a iniciativa vai continuar". Também Carlos Mendes, da Direcção Nacional, sublinhou a importância deste tipo de actividades e prometeu estar presente no próximo ano, não apenas como observador mas "de cana na mão".

O primeiro lugar foi disputado por três concorrentes, depois do sorteio para definir o primeiro dos primeiros, João Maia, o pescador mais jovem, acabou por levar a taça maior para casa. Todos os participantes tiveram direito a taças e medalhas, com o pormenor de cada um escolher o troféu que mais lhe agradou. •

Anabela Vieira



O concurso teve como objectivo principal promover o convívio

Reunião de dirigentes

ADFA debate sociedade anónima

OS EXECUTIVOS da ADFa reuniram-se no dia 28 de Junho nas instalações do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), na Aguda, para debater questões relacionadas com a política de desenvolvimento da ADFa, nomeadamente a criação de uma sociedade anónima e o projecto do centro de reabilitação a instalar em Angola.

O primeiro ponto da agenda de trabalhos, a criação de uma sociedade anónima, ocupou grande parte da reunião.

A Direcção Nacional apresentou para discussão dois projectos: o primeiro defendia a criação de uma sociedade para gerir as diversas áreas económicas existentes — como a tipografia, bares e restaurantes — e outras que possam eventualmente a ser criadas. O segundo projecto defende a criação de uma "Holding", ou seja, uma sociedade que se encarregue de gerir os investimentos e as participações que a ADFa tenha, ou venha a ter, no campo industrial,

comercial e de serviços. Em ambos os casos foi levantada a questão se o capital deve ser exclusivamente da ADFa e dos sócios ou se deve também estar aberto à participação de outras entidades, individuais ou colectivas.

O segundo projecto foi aceite pela maioria dos presentes, no entanto, os pormenores só irão ser discutidos em Conselho Nacional. Quanto à instalação de um centro de reabilitação em Angola, Jerónimo de Sousa, deu a co-

nhecer a situação em que o projecto se encontra. Este, numa primeira fase, terá a duração de quatro anos e abrangerá dois grupos prioritários: os meninos de rua e os mutilados de guerra.

O desenvolvimento dos serviços clínicos foi também debatido com as delegações. Neste campo, à semelhança do que existe na Sede da Associação, em Lisboa, está prevista a criação de um outro polo a norte, ao que tudo indica na Delegação do Porto. •

FARINHO LOPES



Sol, sardinhas e boa disposição marcaram presença na tradicional sardinhada-convívio, dia 5 de Julho, na Mata de São Paulo, em Setúbal. Ao todo, mais de 100 associados, familiares e amigos aceitaram a proposta da Delegação de Setúbal para passarem um sábado diferente: um dia de prato e garfo na mão. A iniciativa vai na sexta edição e só não se realizou no ano passado por indisponibilidade do organizador. Devido a uma troca nas datas que chegaram à Redacção, o ELO informou incorrectamente — na edição de Junho — o dia da sardinhada como tal todos aqueles que não se inscreveram previamente deslocaram-se em vão, no dia 6 de Julho, à Mata de São Paulo.

Presidente da Delegação de Famalicão em entrevista ao ELO

“As delegações devem ter uma voz muito activa”

ANQUISES de Carvalho tem 49 anos e há 17 que é presidente da Delegação de Famalicão. Cumpria o serviço militar em Angola quando, em 1971, foi atingido por uma mina anti-pessoal. Apesar de não pertencer ao grupo de sócios que fundaram a Delegação de Famalicão, diz, em tom de brincadeira, já ser “presidente há anos suficientes para se poder reformar”. Em entrevista ao ELO, o responsável defende que a “pedra base” da Associação são as delegações e quanto às questões do caderno reivindicativo, que ainda estão por resolver, entende que a “culpa é de todos”.

ELO — Quais as razões que levaram à criação da delegação de Famalicão?

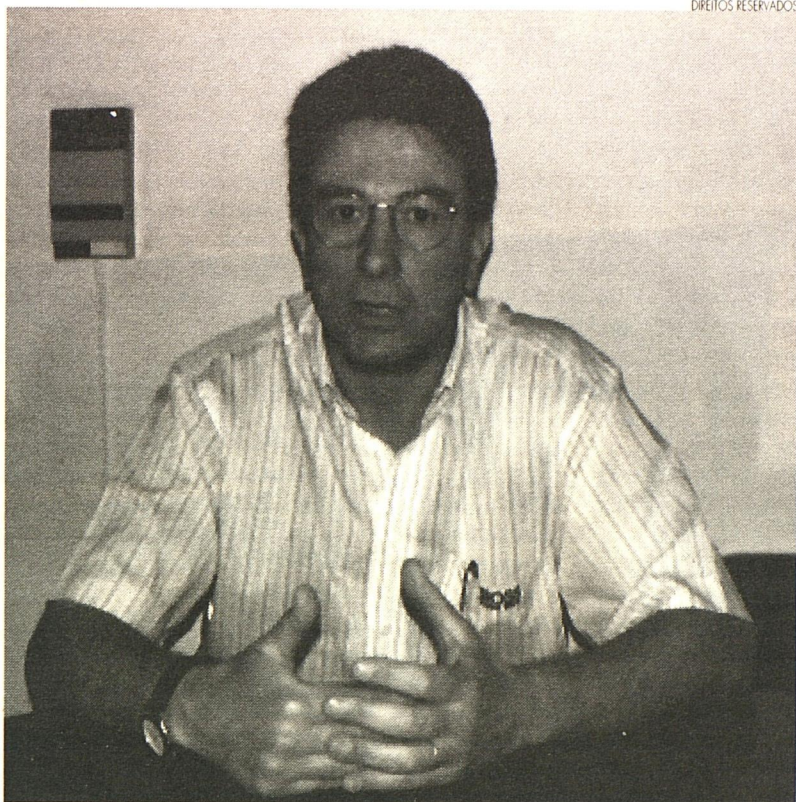
ANQUISES CARVALHO — As razões foram as mesmas que levaram à criação da ADFA. Criar estruturas próprias para podermos lutar pelos nossos direitos. Houve um grupo de sócios, do qual eu não fazia parte, que “deitou mãos à obra” e arrancou com a Delegação. O objectivo era lutar pelo direito à reabilitação e reintegração na sociedade.

ELO — Qual acha que deve ser o papel das delegações na política associativa nacional?

A.C. — As delegações devem ter uma voz muito activa. A ADFA é constituída por 11 delegações mais a sede. Eu sou daqueles que acha que devia haver uma Delegação em Lisboa. As delegações são a chave de toda a Associação, eu vejo a Delegação como o elo do associativismo em si, ou seja, da congregação de todos os sócios. O sócio serve-se da Delegação, e a Delegação dos sócios, para fazer valer o seu ponto de vista, pois cada região tem os seus problemas. Em Famalicão, por exemplo, não existem os mesmos problemas que existem em Lisboa. A pedra base são as delegações.

ELO — As novas instalações já são um sonho antigo. Porque é que só agora o viu realizado?

A.C. — Como eu digo, isto é a menina dos nossos olhos. Há anos que lutamos por instalações próprias, só que não quisemos fazer aquilo que outros fizeram, comprar sem dinheiro. A nossa política tem sido aproveitar o que a autarquia nos pode dar. As actuais instalações são da Câmara Municipal, não pagamos renda e só há pouco tempo começamos a pagar a luz, portanto as instalações eram de graça. Se nós pudéssemos ter instalações novas de graça, melhor. Houve um conjunto de factores que aceleraram o processo, a própria Câmara tinha interesse em que saíssemos daqui, depois de muitas reuniões chegamos a um consenso, deram-nos uma instalação que são óptimas. São 200 metros quadrados, sem qualquer barreira arquitectónica, na Central de Camionagem de Famalicão, o que facilita a deslocação dos sócios. Só



Anquises de Carvalho: “vejo a Delegação como elo do associativismo”

agora se proporcionou termos instalações de graça, mas, atenção, de graça a sala, porque vamos ter que investir, nomeadamente na adaptação do espaço às nossas necessidades.

ELO — Quais os projectos para as novas instalações?

A.C. — Os projectos passam pelo serviço normal de atendimento aos sócios, se possível melhorado; vamos acabar com o bar, uma vez que é um posto de trabalho que não temos capacidade de suportar; vamos ter uma sala, que se houver financiamento, pode servir para dar formação, para reuniões e exposições; vamos preparar uma sala para um futuro gabinete médico, um gabinete para que a advogada possa vir a Famalicão uma vez por semana. Vamos também ter uma coisa que é inédita, que é um museu da Guerra Colonial. A Delegação tem vindo a trabalhar com o Externato Infante D. Henrique e o maior espólio virá de lá. Como se pode verificar, tudo isto vai requerer um certo investimento, mas estou convencido que vamos conseguir.

ELO — Quanto ao futuro do caderno reivindicativo, acha que o Governo vai responder de forma positiva às exigências da ADFA?

A.C. — Talvez a algumas. Há questões que são mais fáceis para o Governo resolver, aquelas que à partida não englobam dinheiro, as mais difíceis serão precisamente as que o Governo vai ter de despendir dinheiro. Nós já tivemos a prova disso com esta história das graduações dos Capitães-Coronéis do quadro permanente, em que se esqueceram dos “soldados-coronéis”, dos “cabos-co-

ronéis”, que são os que estão na mesmíssima situação, eu próprio estou nessa situação. A verdade é que quando se trata de nos recompensarem monetariamente, as coisas começam a complicar-se. Felizmente temos resolvido muita coisa e parece que está mais qualquer coisa para ser resolvida. Eu faço um balanço de 40 a 60 por cento, não está muito mal, mas podia estar muito melhor.

ELO — Acha que a Associação não pressionou o suficiente nessa matéria?

A.C. — A culpa é de todos nós, eu não posso culpar a Direcção Nacional por não fazer mais, porque eles respondem, e muito bem, que as direcções das delegações e os sócios pouco fazem, isto é uma verdade. Aqui há uns anos atrás, tomamos conta da ponte 25 de Abril, nessa altura tínhamos todos 20 e poucos anos, hoje em dia isso não faz sentido, além disso toda a população tinha fresca a memória do que se passou na Guerra Colonial, hoje não, as pessoas já estão acomodadas. Isto é um mal geral, não se pode culpar ninguém em particular. Acontece que por vezes, se tomarmos uma posição mais dura em alguma matéria, sujeitamos a ser retaliados noutras.

ELO — Refere-se ao corte do subsídio que o Governo, através do Ministério da Defesa, dá à ADFA?

A.C. — Essa é uma hipótese, mas não acredito que façam isso. O que podem fazer é não actualizar esse subsídio, deixando-o “morrer” aos poucos.

ELO — Desde há muito que defende que o valor das cotas dos sócios deveria ser de acordo com o va-

lor da pensão que recebem. Não acha que isso iria criar desigualdades entre associados?

A.C. — Eu defendo isso pessoalmente, mas a Delegação de Famalicão também defende. Essa medida não iria dividir os sócios, aliás divididos já nós estamos, com a definição de sócios em serviço e em campanha, pensionistas de preço de sangue e grandes deficientes. A média de pensão de um sócio em serviço ronda os 40 contos, que é bastante diferente da média de um sócio em campanha. O que eu defendo é que os sócios têm de ter os mesmos direitos e os mesmos deveres. Se nós tanto lutámos pela igualdade, porque é que, se eu tenho uma pensão de invalidez melhor, não posso ajudar quem tem uma pensão de miséria? A minha ideia de cota em percentagem é crucial, punha sempre uma cota mínima de cem escudos, porque acho que esse valor todos podem pagar, e os que não podem, segundo os estatutos, estão isentos, e depois punha uma percentagem de meio ponto. Por exemplo, quem tem uma pensão de invalidez mensal de cem contos iria pagar 500 escudos, isso não é nada. O mal da nossa casa é que quanto mais se tem, quantas mais regalias se têm, menos queremos dar, isto é a pura verdade. Eu só vejo vantagens com este sistema, as cotas iriam ser actualizadas, conforme a actualização das pensões. Já fomos mais atacados por defender este sistema do que somos actualmente, este ano estivemos quase a fazer vingar a nossa tese. Eu deixo a pergunta no ar: porque é que quem tem uma pensão de 200 contos não pode pagar mil escudos e quem tem uma pensão de 30 contos, pode pagar 150 escudos por mês?

ELO — Relativamente à política de desenvolvimento de ADFA, nomeadamente a questão da criação de uma sociedade anónima, qual é a sua posição sobre o assunto?

A.C. — A minha posição é clara, eu acho que sim, mas a ADFA tem de pensar em caminhar calmamente, não podemos pensar muito grande, porque quanto mais alto se sobe maior é o tombo. Temos problemas actuais para resolver, o caso do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, o problema dos bares e restaurantes, da publicidade, entre outros. Discordo completamente de projectos de andarmos a vender tudo e mais alguma coisa, investir em agências de viagens, comprar correctoras de seguros, etc., quanto a isso estou completamente contra. Temos de andar devagar. Deus queira que daqui por um ano ou dois, possamos investir cinco milhões de contos, é bom sinal, primeiro porque temos hipótese de investir e segundo porque estamos numa boa situação financeira para alargar as nossas fronteiras.

Anabela Vieira

Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências



Joaquim Marques da Silva

Sócio nº11319
48 anos
Faleceu no dia
27/03/97

Residia no Concelho de Guimarães, deixa viúva Joaquina Carvalho Esteves e 1 filho. Teve acidente em Espinho, de que resultou ferimentos na mão e punho esquerdo (45%).



José Domingos Teixeira

Sócio nº 8752
78 anos
Faleceu no dia
13/05/97

Residia no Concelho do Porto e deixa viúva Maria Alice Castro Teixeira e 3 filhos. Era associado DFA. Com 40% de incapacidade teve acidente em São Miguel/Açores, no braço direito.



José Dias Alves

Sócio nº 1831
50 anos
Faleceu no dia
24/06/97

Residiu na Baixa da Banheira e no momento do falecimento encontrava-se na terra onde nascera, Concelho de Mação. Tinha 65% de incapacidade e deixa viúva Maria Florinda Alves.

Serviços na Delegação do Porto

SERVIÇOS SOCIAIS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00

Quintas e Sextas feiras - das 10H00 às 12H00

Assistentes: Carla Gradim, Isabel Sousa

GABINETE JURÍDICO

Responsável: Dr^a. Manuela Santos

BAR / RESTAURANTE

Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês

CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein

Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

COMPRA DE VIATURAS COM ISENÇÃO

DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabete Couto

CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

CONTACTOS:

Tel: (02)820403 / (02)820744 Fax: (02)825242

VEÍCULOS A DIESEL AUTOMÁTICOS ISENTOS DE CARTA DE CONDUÇÃO



Evasão

Fabricação e comércio de veículos isentos de carta de condução.

Venda de veículos novos e em segunda mão.

Estrada dos Cardais - 3840 VAGOS

Tel. 034-799 00 50 Fax 034-793 850

Contactar ADFA - Alberto Pinto
tel. 01-757 05 02/83 ou 01-7

Faltam respostas para deslocação de pessoas com problemas visuais ou motores

Transportes públicos deixam deficientes a pé

Sabina Xavier
de Pina (texto)
Farinho Lopes (fotos)

As empresas transportadoras e o Estado só agora começam a despertar para o verdadeiro problema da utilização dos transportes públicos por deficientes, bem como para a necessidade de criar alternativas credíveis que satisfaçam as exigências especiais que a situação acarreta. Além de reforçar as escassas alternativas existentes, é preciso alterar terminais, tarifas, trajectos, entre muitas outras características da rede actual. Para já, entre os utentes que não têm outra hipótese senão usar o que existe, a indignação é muita.

Portugal ainda é um país onde a circulação de deficientes motores e pessoas com mobilidade reduzida é uma autêntica miragem. Os princípios de acessibilidade determinados pela União Europeia não são respeitados, tanto nos transportes como nos acessos. Os transportes públicos colectivos ainda não reúnem condições mínimas para servirem passageiros com problemas de locomoção: a maioria dos autocarros mantém degraus, a altura dos respectivos pisos em relação aos solo chega a ser de 80 centímetros, os serviços de transportes específicos para deficientes motores praticamente não existem e os autocarros de piso rebaixado só agora começam a chegar a Portugal.

A excepção à falta de transportes totalmente adaptados e funcionais para deficientes são os novos eléctricos, que fazem o percurso da marginal em



No novo interface do Campo-Grande, apesar das placas de orientação para invisuais, as cadeiras de rodas continuam sem acessos

Lisboa. Um verdadeiro exemplo de integração: portas amplas, piso ao nível dos passeios nas paragens e informação visual e sonora. Também entre os inúmeros táxis que circulam na capital existem três - maiores que o habitual - com rampas para cadeira de rodas, muito embora tenham sido importados há cinco anos por terem a possibilidade de manter o conforto dos passageiros mesmo com o vidro separador. A tarifa destes táxis, idênticos aos utilizados em Inglaterra, é a mesma dos normais, no entanto, são os turistas estrangeiros que mais procuram estes modelos, que normalmente circulam entre Belém, Algés e o Castelo de São Jorge.

A nível de transportes ferroviários também há degraus. A distância entre eles foi aliviada nas novas composições, mas o deficiente em cadeira de rodas continua a depender da ajuda alheia para entrar nos comboios, isto se antes conseguir passar pelas escadas que ainda são a única via de acesso a muitas estações, caso da estação do Rossio. De acordo com informações fornecidas pela CP (Caminhos de Ferro Portugueses), as novas estações da Amadora, Alverca e Azambuja já foram construídas com equipamento a pensar nos deficientes.

O metropolitano em Lisboa poderia ser o transporte ideal, não fossem as

escadas (incluindo as mecânicas) a impedir a passagem de pessoas em cadeiras de rodas. Há placas de orientação e referências para invisuais em todas as estações, no entanto, faltam rampas nos acessos às mesmas. O único elevador que existe situa-se na Rotunda e está desactivado. Para quem se desloca em cadeiras de rodas, os problemas começam no exterior. É que escadas rolantes e tapetes deslizantes de nada servem sem elevadores e rampas de acesso ao interior da própria estação.

Já nos transportes fluviais que ligam Lisboa a outra margem do Tejo, o panorama melhora. Os barcos possuem portões que caem sobre as plata-

formas dos cais que, por sua vez, têm rampas metálicas que dão acesso às salas de embarque, com largura suficiente para permitir a passagem de cadeiras de rodas. Não há degraus nos trajectos e a falta de referências para invisuais é colmatada pelo apoio dos marinheiros de serviço e pela solidariedade dos passageiros. A Transtejo, por exemplo, tem dois projectos em curso: um para informação e o outro de apoio aos invisuais e deficientes motores na aquisição de bilhetes.

A Carris é, na prática, a única empresa que dispõe de um serviço especial que dá resposta às necessidades de deslocação das pessoas que, por limita-



Os táxis preparados para deficientes estão quase sempre ocupados por turistas estrangeiros



No serviço da Carris, o acompanhante do deficiente também paga, mesmo tendo passe

ções de ordem física, estão impedidos de utilizar transportes colectivos normais. Funciona, exclusivamente dentro da cidade de Lisboa, entre as sete e as 23 horas, e para utilizar esse serviço, o interessado tem de ligar um número de telefone (758 56 76), dois dias antes da data em que pretende viajar, e explicar as suas necessidades de deslocação: data, hora, se necessita do transporte pontual ou regularmente, ponto de partida, destino, se tem ou não acompanhante, se viaja em cadeira de rodas, entre outras informações.

Sem descontos, passes ou pré-comprados

Por cada viagem a Carris cobra a tarifa única de 150 escudos por passageiro (seja deficiente ou acompanhante). Neste tipo de transporte não existe desconto para utilizadores regulares, nem passes sociais. Os títulos aceites na área de circulação de Lisboa (bilhetes pré-comprados e passes) não servem para deslocações desta natureza, apesar de ambos os serviços serem prestados pela mesma empresa. Esta situação leva a que até um passageiro com um passe da Carris fique sujeito ao pagamento de mais outro bilhete, quando acompanhar um deficiente.

Cecília Carreiro, utente deste serviço há cerca de 14 anos, apesar de sublinhar as dificuldades que enfrentam os utentes deste transporte especial, "atrasos, pedidos que nem sempre são atendidos e preço", não deixa de referir que "não tinha outra alternativa senão andar de táxi. O serviço da Carris é melhor que nada". Quando trabalhava, Cecília fazia 44 viagens obrigatórias que lhe custavam 6.600 escudos, "um valor demasiado alto para um deficiente".

Problema idêntico vive Elizabeth Couto que tentou informar-se junto da empresa sobre a possibilidade de obter passes ou bilhetes pré-comprados, "como os passageiros normais", diz a utente. Do lado da empresa a resposta foi negativa e a explicação imediata: "não vamos buscar nem levar os passageiros normais a casa".

Segundo a Carris, o facto do serviço que presta aos deficientes ser ao domicílio, "implica custos bastante elevados que a exploração não cobre". Por outro lado, exceptuando a aquisição de quatro viaturas para transporte de deficientes, participadas pelo Estado em 50 por cento (duas em 1991 e as restantes no primeiro trimestre deste ano), pode-se dizer que as acções de adaptação de veículos existentes, bem como a compra de novos, com piso rebaixado - alguns dos quais já em serviço -, "não têm sido objecto de apoio específico público ou privado".

"Estão a aproveitar-se da condição das pessoas", disse Suzelda Denise, mais uma das utentes que não entende a resistência da Carris ou dos outros operadores de transporte, "sobretudo do Estado", em compreender que "o deficiente tem o direito de circular livremente" e, por isso, arranjar soluções "viáveis, práticas e aceitáveis". O que mais confunde Suzelda é a ausência de sensibilidade para a matéria: "numa época em que se fala tanto de direitos, se calhar estão à espera que haja uma manifestação de deficientes em cadeira de rodas".

Áreas reduzidas e falta de viaturas

A insuficiência de viaturas e a limitação da área de cobertura são duas grandes dificuldades sentidas pelos de-

Falta de recursos atinge o limite no Porto

SER DEFICIENTE, sem meios próprios de locomoção e viver na cidade do Porto, não é tarefa fácil. Utilizar transportes normais está fora de questão, restando assim o serviço de transporte de deficientes que está a cargo da Cruz Vermelha Portuguesa. A funcionar desde Julho de 1991, este serviço — que apenas dispõe de três carrinhas adaptadas e que serve toda a cidade do Porto — não responde minimamente às necessidades de todos potenciais utilizadores. Apenas 30 pessoas usufruem deste serviço, e a lista de espera parece não ter fim, o que leva a que muita gente desespere e acabe por desistir, porque resolveu o problema de outra maneira ou porque, simplesmente, quando é chamado, já não necessita do serviço.

Mas as dificuldades não se ficam por aqui, por cada viagem que façam, os utentes têm de pagar um bilhete de agente único no valor de 160 escudos e, no caso de necessitarem de acompanhante, também este tem de pagar o bilhete, mesmo que seja portador de um passe social que lhe permite utilizar os autocarros dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto (STCP). Uma situação que a Cruz Vermelha afirma não ter qualquer responsabilidade, pois "é imposição dos STCP a existência do bilhete agente único" salienta o responsável pelo serviço, Abel Lacerda.

À semelhança do que se passa em Lisboa, o utente tem de fazer a requisição do transporte com 48 horas de antecedência, o que obriga a uma programação rigorosa das deslocações e os imprevistos não podem acontecer. No entanto, o prazo para pedir o transporte foi agora alterado, na cidade do Porto, de 48 para 24 horas de antecedência.

O trajecto de cada carrinha é definido no dia anterior pelo chefe do serviço, que elabora um mapa conforme as requisições são feitas. Com início por volta das sete da manhã, e fim às 21h00, ao longo de todo o ano o transporte funciona diariamente durante 14 horas. Um serviço cuja existência resultou de um acordo tripartido entre Cruz Vermelha Portuguesa, Segurança Social e

Serviço de Transportes Colectivos do Porto: o STCP assume as despesas a nível material - as carrinhas, sua adaptação e manutenção, os seguros das viaturas e o combustível. A Segurança Social cabe assegurar as despesas do pessoal, e a Cruz Vermelha desempenha a função de gestora de todo o processo.

Este serviço é frequentemente alvo de críticas, não só por parte dos utentes, que lamentam "a escassez dos meios existentes", como também das associações de deficientes, nomeadamente a Associação Portuguesa de Deficientes (APD). Esta instituição, salientou num parecer sobre o assunto, pedido pelo Secretário Nacional de Reabilitação, Vitorino Dias, que "ao ser exigido ao utente o pagamento da tarifa de agente único em cada viagem, sem que o mesmo possa recorrer, como qualquer outro cidadão, às senhas ou passe social, é no mínimo uma atitude discriminatória".

A APD acusa ainda a Cruz Vermelha de não estar a gerir este serviço de acordo com o fim para que foi criado, e afirma que o mesmo "está a ser utilizado por alguns alunos do ensino especial sem dificuldade de locomoção". Acusações que Abel Lacerda refuta alegando que os utentes, para poderem usufruir do serviço, têm de possuir uma credencial fornecida pela Segurança Social, "se esta entidade passa a credencial a pessoas sem dificuldade de locomoção, nós não temos culpa", alerta o responsável.

A escassez de meios é o principal problema com que este serviço se debate. Dotado apenas com três carrinhas, estando uma delas sempre de reserva, é impossível responder aos imensos pedidos que todos os dias chegam à Cruz Vermelha. Contactados pelo ELO, os STCP prevêem, até ao final do ano, a chegada de três autocarros de piso rebaixado, conforme as normas europeias, que entrarão em circulação a partir de 1998. Até lá, a única solução é esperar que algum utente desista do seu lugar no serviço de transportes da Cruz Vermelha Portuguesa. •

Anabela Vieira

A luta de quem quer vencer

PAULO BACALHAU é deficiente, uma doença muscular hereditária colocou-o desde cedo numa cadeira de rodas. Actualmente é utente dos serviços de transportes da Cruz Vermelha Portuguesa. Este jovem, de São João da Madeira, estuda no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Sem meio de transporte para poder frequentar as aulas reprovoou o ano. O estudante lamenta a falta de informação existente ao alegar que "nunca ninguém disse que havia um serviço de transportes para deficientes". Passado um ano, Paulo soube que a Cruz Vermelha tinha um serviço com esse fim. Dirigiu-se, então, à Segurança Social a fim de obter a credencial imprescindível para poder utilizar o transporte e esperou mais sete meses. Nesse ano lectivo o estudante conseguiu, por exame, fazer uma cadeira do curso. Finalmente obteve o tão desejado lugar na carrinha da Cruz Vermelha, mas, devido à incompatibilidade do horário do transporte com o das aulas, o horário da escola teve de ser alterado. Sempre com determinação, os obstáculos, o estudante diz que o ano "até correu bem".

Paulo Bacalhau disse ao ELO que não está revoltado, apenas lamenta "a falta de sensibilidade para o problema". O estudante tornou-se amigo dos motoristas das carrinhas, na sua maioria voluntários, e salienta a boa vontade destes. No entanto, afirma que "mesmo com a maior vontade do mundo, com os poucos meios que existem, é impossível fazer melhor". •A.V.



ficientes que procuram os serviços especiais da Carris pontualmente, pois a empresa dá prioridade aos pedidos daqueles que habitualmente recorrem aos seus serviços. Suzelda Denise viveu essa experiência. Algum tempo depois de ter desistido do serviço de transporte de deficientes, a utente necessitou de contactar a empresa para ir às últimas consultas pré-natal. No entanto, por duas vezes - apesar de lhe terem garantido a reserva -, a demora foi tanta que recebeu perder as consultas, tendo sido obrigada a recorrer a

um táxi. Célia Carreiro também se lembra dos dias em que foi obrigada a sair de casa às sete da manhã "para chegar às 11 horas ao hospital". Tudo porque antes de passar no hospital a carrinha foi deixando os outros passageiros no seu destino, tornando a viagem "muito longa".

António Silva, da Divisão de Marketing da Carris, em declarações ao ELO, admitiu que os seis autocarros que compõem a frota deste serviço (cinco em circulação e um na reserva), "não é o suficiente para satis-

fazer tanta procura". Cada viatura transporta apenas seis passageiros em cadeiras de rodas e seis sentados — muito pouco, atendendo que os estudos do Secretariado Nacional de Reabilitação referem quase cinquenta mil pessoas com problemas de locomoção em Lisboa.

Quanto aos títulos de transporte, o responsável não exclui a hipótese de se "efectuarem estudos para diminuir os custos aos utentes e ver, por exemplo, o limite de viagens a partir do qual se poderá praticar uma tarifa

mais favorável". António Silva referiu ainda que "além da comparticipação na aquisição dos veículos, a intervenção do Estado também nos custos da exploração, permitiria dar resposta satisfatória a nível de preços dos títulos e, provavelmente, procurar equilíbrio entre a oferta e a procura". Quanto ao limite da área do serviço, o mesmo responsável explicou que a actuação da empresa se limita a Lisboa, podendo, no entanto, "quando houver disponibilidade, em termos de circuito e agenda, atender a situações pontuais que existam na periferia da capital".

Em Lisboa, os serviços de transporte para deficientes são também prestados pela Câmara Municipal (gratuitamente e só para estudantes), bem como pela Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), que também opera no Porto, em Braga, Felgueiras e Arco de Valdevez. (ver caixa) A CVP está ainda a desenvolver um projecto conjunto com a Carris para ampliar a frota e a oferta do serviço.

Até ao fecho desta edição, o ELO não conseguiu conhecer a posição do Ministério da Solidariedade Social sobre esta matéria. A avaliar pelas informações obtidas junto à CVP, sabe-se que o Ministério está envolvido num acordo tripartido para a prestação de serviços desta natureza na Delegação do Porto (Ver Porto).

Incentivos financeiros visam mudança

O Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território disse ao ELO que existem 885 mil contos destinados às "comparticipações não reembolsáveis". Ou seja, tal como nos outros anos, os operadores transporte público rodoviário de passageiros e serviços municipalizados de transporte colectivo urbano tiveram hipótese de concorrer aos financiamentos do Estado para adaptação e modernização da frota (incluindo a aquisição de veículos novos das categorias I e II adaptados ao transporte de deficientes "desde que devidamente licenciados para transporte colectivo e não abrangidos pelo financiamento anterior". Um financiamento que abrange também a compra de vários equipamentos de apoio aos transportes, sejam autocarros, táxis ou até centrais radiotáxis.

Para a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) o problema da circulação dos deficientes em Portugal é uma questão de sensibilidade: "Existe possibilidade técnica para adaptar os transportes e condições económicas para renovar convenientemente as frotas sem custos acrescidos. No entanto, falta vontade, incluindo a política", afirmou Franco Carretas da direcção da APD.

Por seu lado, da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores (LPDM) a opinião é de que já se vão notando alguns esforços. Referindo-se a iniciativas como a entrada em circulação dos novos autocarros e eléctricos de piso rebaixado, em Lisboa ou a colocação de placas informativas e referências para cegos nas estações de metropolitano, José Lorena, terapeuta da LPDM disse que "embora a dimensão do problema não permita que se veja o esforço conjunto de algumas entidades, tem havido progressos significativos". A terapeuta tem consciência de que "é necessário fazer mais", contudo, não deixa de lembrar que "há barreiras à circulação de deficientes porque a própria sociedade ainda não é acessível". •

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

CLÍNICA GERAL
médico: Dr. Fernando Brito,
2ª feira - 13H00 5ª - 13H15

PSIQUIATRIA
médico: Dr. José Tropa
6ª feira - 14H30

UROLOGIA
médico: Dr. Paulo Vale
2ª feira - 17H00

GASTROENTEROLOGIA
médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos
Julho dia 16 - 10H00
Julho dia 30 - 9H30

FISIATRIA
médico: Dr. Barros Silva
3ª feira - 14H00

ANÁLISES CLÍNICAS
6ª feira - 9H00 às 10H00

ACUPUNCTURA
especialista: cndt Araújo de Brito
2ª, 3ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

ESTOMATOLOGIA
Dr. Luís Pedro Pinto Matias
2ª feira das 9H00 às 13H00; 3ª feira das
10H00 às 14h00; 5ª feira das 9H00 às 13H00
Marcações: Elizabete Couto

SERVIÇO PROTÉSICO
médico: Dr. Carlos Emídio Augusto Lopes
4ª feira - 9H00

PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA
Drª Teresa Infante
Todos os dias
Marcações: com a própria

APOIO AOS SÓCIOS

GABINETE JURÍDICO
Dr. António Carreiro
3ª e 5ª feira das 14H00 às 18H00
Marcações:
Helena Afonso

SERVIÇO DE ACÇÃO SOCIAL
Drª Judite Cordeiro
2ª, 4ª e 6ª até às 17H00
Marcações:
Secretaria

SECRETARIA/ATENDIMENTO
(Ver Horário e Telefones)

HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00
Serviço de Almoço Segunda a Sexta,
das 12h30 às 14h30
Serviço de Bar Segunda a Sexta,
das 9h00 às 19h00

TELEFONES

Solicita-se a todos os associados
que façam as marcações das consultas, com
antecedência, pelos telefones:
7570502 / 7570583
7570422 / 7570645
7570702 / 7570781

VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Gama Polo		
FOX 1.0 4P	1.489.886.00	2.000.460.00
BAND 1.0 4P	1.687.835.00	2.232.060.00
3 Volumes 1.4	1.989.355.00	3.013.198.00
3 Volumes 1.9 D	2.228.319.00	4.171.936.00
Gama Golf		
JOKER 1.4 3P	1.977.021.00	2.998.767.00
CID 1.9 4P	2.144.468.00	4.073.830.00
JOKER TDI 1.9 4P	2.825.427.00	4.870.552.00
JOKER TDI Autom.	3.054.461.00	5.138.522.00
VAR Special 1.4	2.415.487.00	3.511.773.00
VAR CID 1.9	2.304.484.00	4.261.049.00
VAR Movie TDI 1.9	2.884.387.00	4.939.535.00
VAR TDI 1.9 Special	3.169.643.00	5.273.285.00
GT TDI 1.9	3.442.572.00	5.592.612.00
Gama Vento		
Vento CL 1.4	2.176.720.00	3.232.415.00
Vento CID 1.9	2.246.137.00	4.192.783.00
Vento GL TDI 1.9	3.176.722.00	5.281.567.00
Gama Passat		
Confortline 1.6	3.282.647.00	4.882.526.00
Confortline 1.9 TDI	3.384.943.00	5.525.185.00
Confortline Top 1.9 TDI	3.820.628.00	6.034.937.00
Confortline Top EC 1.9 TDI	4.052.227.00	6.305.908.00
Confortline Aut. TDI	3.619.522.00	5.799.643.00
Audi		
Attraction A4 1.9 - 90 cv	3.936.066.00	6.170.000.00
Attraction A4 1.9 - 110 cv	4.329.229.00	6.630.000.00
Attraction A4 EC 1.9 - 110 cv	4.542.904.00	6.880.000.00
Sport A4 1.9 - 110 cv	4.824.955.00	7.210.000.00
Avant A4 1.9 - 110 cv	4.642.195.00	6.995.000.00
A6 1.9 TDI	4.974.528.00	7.385.000.00

SEAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seat Ibiza Comercial		
1.9 D Latino	1.855.615.00	2.484.031.00
1.9 TD Crono JLL	2.077.861.00	2.744.058.00
1.9 TD Crono JLL+AC	2.266.750.00	2.965.058.00
1.9 TD Crono JLL+TA	2.325.733.00	3.034.069.00
Seat Ibiza 3 Portas		
1.0 SXE DA	1.734.472.00	2.286.628.00
1.4 Crono DA+JLL	1.728.035.00	2.707.454.00
1.9 D SE	1.942.794.00	3.837.871.00
1.9 TD SXE	2.302.175.00	4.258.347.00
Seat Ibiza 5 Portas		
1.4 Crono DA+JLL	1.728.035.00	2.707.454.00
1.9 D SE	2.019.717.00	3.927.871.00
1.9 TD SXE	2.379.098.00	4.348.347.00
Inca 2 Lugares		
1.9 D Van	1.732.447.00	2.339.924.00

VENDA DE AUTOMÓVEIS

1.9 D Van VE+FC	1.809.369.00	2.429.923.00
Cordoba		
1.4 Silhouette DA	1.828.502.00	2.825.000.00
1.9 TDI GT	2.775.523.00	4.812.164.00
1.6 SX Coupé	2.261.102.00	3.687.319.00
Alhambra		
1.9 TDI SE AC+2AB+AL	4.389.669.00	5.371.188.00
1.9 TDI SXE Climatic		
2AB++AL+JLL+TAE+ABS	4.693.071.00	5.726.168.00
Toledo		
1.6 GT	2.519.803.00	3.990.000.00
1.9 TDI GF 110cv		
AB2+ABS+TAE	3.353.648.00	5.488.571.00

VOLVO

MODELO	P.BASE	P.V.P.
S40 1.6	3.478.916.00	5.100.000.00
V40 1.6	3.649.857.00	5.300.000.00
S40 1.8	3.693.912.00	5.600.000.00
V40 1.8	3.864.852.00	5.800.000.00
S40 2.0	4.012.692.00	6.350.000.00
V40 2.0	4.183.633.00	6.550.000.00
S40 TD	3.820.830.00	5.990.000.00
V40 TD	3.991.770.00	6.190.000.00
S70 GLE	4.813.933.00	7.350.000.00
V70 GLE	5.070.344.00	7.650.000.00
S70 GLT	5.711.369.00	8.400.000.00
V70 GLT	5.967.779.00	8.700.000.00
S70 TS	6.325.005.00	9.700.000.00
V70 TS	6.581.416.00	10.000.000.00
S70 TDI	5.943.195.00	9.500.000.00
V70 TDI	6.199.605.00	9.800.000.00
S70 R	7.777.997.00	11.400.000.00
V70 R	8.034.407.00	11.700.000.00
S90 3.0	5.134.111.00	9.700.000.00
V90 3.0	5.390.522.00	10.000.000.00

MAZDA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
3HB ZFO5 EBB (BASE)	1.358.144.00	2.136.000.00
5HB ZFO EBA (BASE)	1.418.828.00	2.036.000.00
3HB ZFO5 EBC (PACK I)	1.496.605.00	2.107.000.00
5HB ZFO EAK (PACK I)	1.557.289.00	2.198.000.00
3HB ZFO5 EAM (PACK 2)	1.804.298.00	2.269.000.00
5HB ZFO ECV (PACK 2)	1.864.982.00	2.558.000.00
3 HB BG3B EAN	1.973.777.00	2.629.000.00
3 HB BG3B EAP	2.150.700.00	2.892.000.00
3 BB BG3B EAO	2.159.247.00	3.109.000.00
323 SDN 1.3 BG2N EAG	2.185.743.00	3.140.000.00
323 SDN 1.3 BG2N EAJ	2.313.948.00	3.290.000.00
323 COUPE 1.5 BG3A EAN	2.352.683.00	3.622.000.00
323 COUPE 1.5 BG3A EBA	2.391.145.00	3.667.000.00
323 F 5HB 1.5 BG3K EAN	2.379.179.00	3.653.000.00
323 5HB F1.5 BG3K EAP	2.508.239.00	3.804.000.00

VENDA DE AUTOMÓVEIS

323 F 5HB 1.5 BG3K EAR	2.585.162.00	3.894.000.00
323 F 5HB (2.0) V6 BG3J EAT	3.538.026.00	5.888.000.00
MW3 (1.6)	3.071.160.00	4.652.000.00
MW3 (1.8)	3.332.571.00	5.387.000.00
MW5 (1.6)	3.201.930.00	4.805.000.00
MW5 (1.6)	3.278.853.00	4.895.000.00
MW5 (1.6)	3.347.229.00	4.975.000.00
XEDOS 6 (1.6)	3.791.673.00	5.495.000.00
XEDOS 6 (1.6)	3.791.673.00	5.495.000.00
B2500 P/UP 4x2UG71		
EAB (Chassis Cabine) STD		2.624.000.00
B2500 P/UP 4x2 EAC		
(c/ Caixa metálica) STD		2.824.000.00
B2500 P/UP 4x2 UG74 EAS		
(Chassis Cabine) DK		3.098.000.00
B2500 P/UP 4x4 UG76 EAA		
(Chassis Cabine) SDX		3.690.000.00
B2500 P/UP 4x4 UG76 EAB		
(c/ Caixa metálica) SDX		3.890.000.00
E2200 P/UP F/L SF78 LBS STD		2.730.000.00
E2200 P/VAN F/L SF68 LCP STD		3.340.000.00

FIAT

MODELO	P.B	P.V.P
Cinquecento S	1.084.858.00	1.493.336.00
Cinquecento Sport	1.228.220.00	1.814.145.00
Panda 899	1.020.072.00	1.448.536.00
Punto 55 S 3P	1.272.664.00	1.866.144.00
Punto 55 S 5P	1.328.220.00	1.931.145.00
Punto 75 SX HSD 3P	1.768.995.00	2.544.996.00
Punto 75 HSD 5P	1.823.696.00	2.608.996.00
Punto ELX TDS 3P	1.738.078.00	3.294.339.00
Bravo 1.4 3P	1.818.906.00	2.819.024.00
Bravo 1.6 SX 3P	2.188.637.00	3.618.211.00
Bravo 1.4S 5P	1.883.094.00	2.894.124.00
Bravo 1.9 DS S 5P	1.996.318.00	3.997.831.00
Bravo 1.9 TDS ELX 5P	2.416.131.00	4.456.000.00
Marea 1.4 SX	2.182.410.00	3.244.324.00
Marea 1.6 ELX		
(Caixa Automática)	2.652.825.00	4.161.311.00
Marea 1.9 TDS ELX	2.605.020.00	4.677.000.00
Marea Weekend 1.6 ELX		
(Caixa Automática)	2.607.526.00	4.108.611.00
Marea Weekend		
1.9 TDS ELX	2.752.883.00	4.850.000.00
Ulysse 1.9 TDs	4.670.034.00	7.084.380.00

RENAULT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo	1.274.204.00	1.880.000.00
Twingo Pack	1.368.221.00	1.990.000.00
Clio RL 1.2 3P	1.297.281.00	1.907.000.00
Clio RII 1.4 3P	1.625.916.00	2.610.000.00
Clio RL 1.2 5P	1.355.400.00	1.975.000.00

VENDA DE AUTOMÓVEIS

Clio RN 1.2 5P	1.496.426.00	2.140.000.00
Clio RN 1.4 5P	1.668.651.00	2.660.000.00
Clio Baccará 1.4 5P	2.450.703.00	3.575.000.00
Megane		
Megane RL 1.4	1.873.328.00	2.905.000.00
Megane RN 1.4	2.044.268.00	3.105.000.00
Megane RT 1.4	2.245.123.00	3.340.000.00
Megane RT dT	2.575.058.00	4.560.000.00
Megane Classic		
Megane RN 1.4	2.087.003.00	3.155.000.00
Megane RN 1.6	2.179.833.00	3.625.000.00
Megane RT 1.9 dT	2.626.340.00	4.620.000.00
Megane Scenic		
Megane 1.4	2.292.131.00	3.395.000.00
Megane 1.9 TD	2.929.759.00	4.975.000.00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

Clio RT 5P	1.974.463.00	2.986.880.00
Megane RT 1.6 Gasolina	2.725.388.00	4.226.496.00

OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Eco 1.2 5P	1.269.361.00	1.951.000.00
Eco 1.2 3P	1.212.951.00	1.855.000.00
Swing 1.2 5P	1.512.096.00	2.235.000.00
Eco 1.4 5P	1.359.901.00	2.339.999.00
Eco 1.5 TD 5P	1.674.847.00	2.880.493.00
Swing 1.4 5P	1.963.736.00	3.218.493.00
Astra		
Rio 1.4 16V 4P	2.193.235.00	3.315.000.00
Sport 1.4 16V	2.338.534.00	3.484.999.00
Rio 1.7 TD	2.538.515.00	4.235.000.00
Sport 1.7 TD 5P	2.863.301.00	4.614.999.00
Rio Caravan 1.4 16V	2.314.602.00	3.456.999.00
Rio Caravan 1.7 TD	2.659.882.00	4.376.999.00
Sport Caravan 1.7 TD	2.984.668.00	4.750.500.00
Vectra		
Vectra 1.6 16V 4P	2.654.773.00	4.211.627.00
CD 1.7 DT 4P	3.092.218.00	4.876.333.00
Tigra		
Tigra 1.4 16V	2.099.218.00	3.198.500.00
Tigra 1.6V	2.515.348.00	4.048.500.00
Automáticos		
Corsa Swing 1.4 Autom. 5P	1.734.260.00	2.746.905.00
Tigra 1.4 Automático	2.410.606.00	3.538.230.00
Astra 1		



Em Portugal são poucos os empreendimentos turísticos preparados para receber deficientes

Indústria e promoção turística esquece deficientes

Turismo alternativo está de férias

A OFERTA turística nacional é controlada pela Direcção-Geral de Turismo (DGT), entidade que, até ao início do mês de Julho, também decidia sobre os projectos de instalação e de funcionamento dos empreendimentos turísticos destinados ao alojamento. Actualmente, essas competências foram transferidas para as câmaras municipais, ficando a DGT com responsabilidades referentes à localização, projectos de arquitectura e classificação dos empreendimentos turísticos.

Apesar da recente alteração da Lei, continua a não existir legislação específica que, de alguma forma, leve os responsáveis das estruturas turísticas a criarem condições de utilização para as pessoas portadoras de deficiência (temporária ou definitiva). Como resultado, continua a ser a vontade e a sensibilidade (ou não) dos agentes turísticos os únicos factores que permitem combater a actual situação. Fonte do gabinete de Relações Públicas da DGT admitiu ao ELO que "só recentemente é que a Direcção-Geral tem vindo a estudar o assunto", não estando por isso prevista para breve nenhuma iniciativa dentro desta área.

Quanto à promoção turística efectuada pelo ICEP (Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal) para o mercado interno, esta não é "dirigida especialmente a nenhum grupo de pessoas, mas sim para a população em geral, capaz de gerar fluxos turísticos organizados dentro de Portugal", explicou o ICEP em comunicado. Da parte das agências de viagens, a situação é idêntica não existindo qualquer tipo de preocupação relativamente a este novo segmento de mercado.

Apercebendo-se da necessidade que existia em Portugal de uma prestação de serviços na área do Turismo para deficientes, a Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes (CNAD) criou, há cerca de dois anos, uma secção de turismo integrado - a Turintegra -, procurando, por um lado, encontrar soluções para os problemas dos tempos livres das pessoas deficientes e, pelo outro, para tentar dar resposta aos muitos pedidos de deficientes estrangeiros que queriam vir passar férias a Portugal. Actualmente, perto de 60 pessoas recorrem todos os anos aos serviços da cooperativa.

Face à ausência de informações, a CNAD começou por fazer, juntamente com uma organização internacional de apoio a deficientes (a Mobility Internacional), um levantamento das condições reais do turismo para deficientes em Portugal, elaborando posteriormente um mini-guia de férias onde são in-

dicadas estruturas hoteleiras preparadas para receber deficientes, locais de interesse histórico que podem ser visitados, bem como um conjunto de outras informações úteis, como por exemplo, transportes públicos que podem ser utilizados ou o nome de empresas de aluguer de carros que têm automóveis com mudanças automáticas. As informações que constam no guia são relativas às zonas da Costa do Estoril, Porto, Coimbra, Costa Verde, Costa Azul e Algarve.

Apesar das dificuldades sentidas, Celeste Costa, directora da CNAD, entende que nos últimos quatro anos "tem havido progressos" e a preocupação das indústrias hoteleiras relativamente aos problemas das acessibilidades "tem aumentado". Prova disso é o facto de "grande parte das sugestões feitas pela CNAD serem quase sempre aceites", explica a responsável. No entanto, e não obstante os progressos dos últimos anos, Celeste Costa considera "prematura" falar-se de turismo integrado pois este, na prática, "ainda não existe verdadeiramente". Primeiro há que ultrapassar o maior problema de todos a "falta de sensibilidade".

Em Portugal continental e ilhas existem, segundo informações do Guia Oficial do Alojamento Turístico (elaborado pela Direcção-Geral de Turismo), cerca de 2500 empreendimentos turísticos onde apenas cinco por cento destes estão classificados como instalações preparadas para receber deficientes e, como tal, têm direito ao símbolo internacional de "instalações para deficientes" que permite aos turistas identificarem, logo a partida, se o empreendimento tem infra-estruturas, sendo "os hotéis mais pequenos que estão mais bem apetrechados, talvez porque devido aos preços que praticam são muito procurados por deficientes".

No entanto, a responsável da CNAD alerta que muitas dessas instalações "só têm acessibilidade na porta de entrada", depois, "esquecem-se de que um deficiente para ser autónomo não pode estar constantemente a chamar o empregado do hotel".

No próximo ano, "com a abertura da EXPO-98", a convicção de Celeste Costa é de que "as coisas ao nível das acessibilidades na indústria hoteleira vão melhorar bastante", contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do turismo integrado no nosso país. "Vêm aí muitos deficientes estrangeiros e os hotéis têm que ter condições para os receber, caso contrário vão perder muitos clientes", conclui.

Nuno Crespo

Capitães-Coronéis

Prazos em curso

ESTÁ a decorrer o prazo de 120 dias estabelecido no decreto-lei 134/97, de 31 de Maio, publicado pelo Governo com intenção de dar cumprimento ao acórdão do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da alínea a) do nº 7 da Portaria 162/76, de 24 Março. Este prazo conta-se a partir do dia 1 de Junho, data da entrada em vigor daquele decreto-lei, e termina a 28 de Setembro.

A ADFA aconselha todos os associados que entendam encontrar-se abrangidos quer pelo decreto-lei 134/97, quer pela alínea a) do nº 7 da Portaria 162/76, isto é, em geral, os que foram qualificados DFA antes do decreto-lei 43/76 e podendo optar o não fizeram, a requererem a revisão da sua pensão de reforma ou o ingresso no activo, consoante for o caso, dentro do decurso deste prazo, a fim de evitar futuras questões jurídicas inúteis, relativas ao cumprimento de prazos, (lembra-se que os abrangidos pelo decreto-lei 134/97, decorridos que sejam os 120 dias do prazo deixam de ter direito à promoção).

Este decreto veio estabelecer uma diferenciação entre deficientes das Forças Armadas dos quadros permanentes e milicianos, de todo inaceitável, não dando cumprimento ao acórdão acima referido. Assim, como é do conhecimento geral, a ADFA tem promovido o apoio aos associados que, não sendo do quadro permanente, se encontram lesados, designadamente os DFA pensionistas de invalidez cuja qualificação ocorreu anteriormente à entrada em vigor do decreto-lei 43/76, de 20 de Janeiro.

Embora estes deficientes das Forças Armadas, em rigor, não se encontrem sujeitos ao prazo

de 120 dias, entende-se que é de toda a conveniência respeitá-lo. Os interessados não devem esquecer que o prazo para interposição de recurso para os tribunais por falta de resposta aos requerimentos é de noventa dias mais 1 ano, pelo que os que desejarem interpor tais recursos devem contactar os serviços jurídicos da ADFA, com grande antecedência, a fim de obviar às questões burocráticas e devido à sobrecarga de trabalho.

O decreto-lei 134/97 possibilita a promoção de alguns militares, dos quadros permanentes, deficientes das Forças Armadas, na situação de reforma extraordinária, com grau de incapacidade superior a 30 por cento e que não optaram pelo activo, ao posto a que teriam ascendido se não tivessem mudado de situação.

A promoção, nos termos daquele diploma, terá por referência a carreira dos militares que se encontravam à esquerda à data em que os DFA a promover passaram a reforma extraordinária e que tenham sido normalmente promovidos aos postos imediatos.

Como o ELO tem vindo a informar, o diploma estabelece uma diferença — que a Associação não aceita — entre militares deficientes das Forças Armadas do quadro permanente e milicianos, não abrangendo, ao contrário do que se refere no seu preâmbulo, todos os DFA a que assiste o direito de reingressar no serviço activo em virtude da declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da alínea a) do número sete da portaria 162/76 de 24 de Março. •

SIVA

Felícia e Felícia Break

Automóveis feitos a pensar em si.



Felícia 1.3 GLXi
C.C. 1289
P.V.P. 2 150 contos

Felícia 1.9 GLXD
C.C. 1896
P.V.P. 3 480 contos



Felícia Break 1.3 GLXi
C.C. 1289
P.V.P. 2 350 contos

Felícia Break 1.9 GLXD
C.C. 1896
P.V.P. 3 680 contos

Venha a um concessionário Skoda conhecer o Felícia e o Felícia Break, dois automóveis que respondem a todas as suas necessidades. Têm espaço para tudo, facilmente acessível através das 5 portas e toda a comodidade proporcionada pela direcção assistida de série. A segurança também não foi deixada ao acaso, por isso vêm equipados com ABS e Air Bag em opção. Skoda Felícia é o automóvel feito a pensar em si.

CARLAR

R. Quinta do Almargem, 10 - 1300 Lisboa

Tel: (01) 362 06 20

António Bernardes

Delegado de Vendas Especiais para Deficientes

Telemóvel: 0936 62 60 41



Grupo Volkswagen

Em virtude das próximas eleições para os órgãos sociais serem já no mês de Novembro, o ELO passa a partir desta edição a ter uma nova secção, procurando informar e divulgar

diversas opiniões. Para o efeito ouvirá os elementos da lista autónoma, representantes das delegações no Conselho Nacional e presidentes dos restantes órgãos nacionais. Neste número os

entrevistados são o presidente da MAGN e os elementos da lista autónoma. Não foram contactados os conselheiros Garcia Miranda e Luís Baltasar por estarem ausentes.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional em entrevista ao ELO

Muitas coisas projectadas, foram concretizadas

Jorge Maurício é há dois anos presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional. Em entrevista ao ELO, defende a apresentação de uma lista A, face às circunstâncias actuais, mas, ao mesmo tempo, manifesta o desejo que os estatutos da Associação sejam alterados, já no próximo mandato, a fim de se estabelecer um limite de dois mandatos consecutivos para os elementos dos órgãos.

ELO — Porque é que as eleições foram marcadas para 15 de Novembro?

Jorge Maurício — As eleições tinham que ser marcadas até 20 de Dezembro, só que como nesse mês há eleições autárquicas, e no segundo semestre de cada ano civil é obrigatório fazer-se uma reunião ordinária do Conselho Nacional — que é aquela que entre várias coisas aprova o orçamento — a mim e aos outros elementos da Mesa não nos pareceu correcto que estes órgãos estivessem a fazer um orçamento para que depois outros o cumprissem. A ideia é que logo no dia 1 ou 2 de Janeiro se comece a trabalhar.

ELO — Antes das eleições de 1995, os estatutos da ADFA foram alterados. Sente que as alterações introduzidas corresponderam às expectativas iniciais?

J.M. — Este mandato foi o teste para os estatutos. Antes destes serem aplicados era muito difícil aos seus mentores se são bons ou maus. Penso que estes estatutos estão hiperdimensionados para a organização que temos, em termos do número de pessoas que compõem os órgãos. Em cada mandato, a Associação necessita de algumas centenas de associados para constituírem os órgãos sociais e porque não existem associados disponíveis em número suficiente acontece que os elencos directivos acabam por ter que se recandidatar sucessivamente. Neste aspecto os estatutos foram demasiados ambiciosos e não correspondem à necessidade real da Associação.

ELO — Concorde pois com a corrente que existe dentro da Associação que entende que existem demasiados órgãos sociais?

J.M. — Não são demasiados órgãos sociais. Continua a ser necessário haver

direcções e conselhos fiscais.

ELO — Portanto são esses órgãos que têm demasiados elementos, não são os órgãos em si?

J.M. — Sim, têm gente a mais. A figura dos conselhos de delegação e a nova estrutura do Conselho Nacional vieram obrigar as delegações a um esforço muito acrescido. Na realidade aquilo que sabemos é que há determinadas delegações que não cumprem os estatutos.

ELO — Então, não existem só pessoas a mais dentro dos órgãos, existem também órgãos a mais?

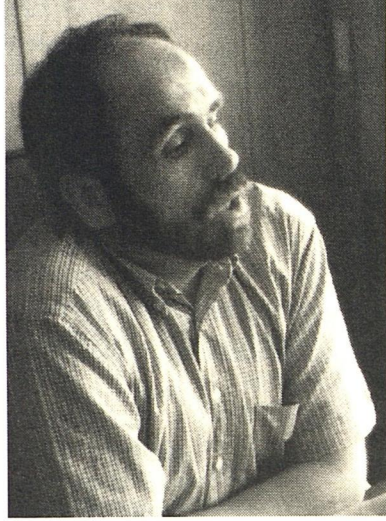
J.M. — Sim, sim, de certo modo. Relativamente aos estatutos há uma coisa que esteve quase a ser consignada mas à última hora não foi conseguida, porque também não tinha havido pré acordo entre as pessoas que discutiram os estatutos, foi o facto de não ficarem marcados o número de mandatos possíveis para cada pessoa. Por isso, existem presidentes de delegações desde 1974 até hoje. Isso cria, mesmo que as pessoas sejam excelentes, determinados vícios, leva a que outros associados se afastem da Delegação, dos seus problemas e da resolução dos mesmos, e isso é mau. Penso que neste aspecto os estatutos devem ser revistos para que qualquer indivíduo só possa exercer dois mandatos consecutivos. Essa revisão de estatutos deve ser feita já no próximo mandato.

ELO — É uma crítica que faz quando diz que determinadas pessoas estão demasiado tempo nesses órgãos?

J.M. — Não, essas pessoas em muitos casos até se desdobram em esforços para conseguirem estar tantos anos à frente das delegações, o que acontece é que o sistema que está em vigor desde sempre na Associação, ao não impedir as pessoas de cumprir mais de dois mandatos, leva a que muitas outras pessoas se afastem. Se hoje fosse necessário alterar essa estrutura não haveria muita gente que estivesse motivada para se candidatar e, se calhar, haveria também muito pouca gente que estaria habilitada para desempenhar os cargos.

ELO — Faz alguma crítica concreta ao projecto associativo e desempenho dos actuais órgãos nacionais?

J.M. — Na primeira parte deste



As eleições são, isso sim, de todos os associados, e aquilo que eu mais gostaria de ver na edição do ELO, depois do dia 15, era uma página comunicando os números de uma votação maciça em todo o país.

mandato ao nível dos órgãos nacionais, que são aqueles que eu acompanho mais, houve alguns problemas embora se tivessem dado importantes passos de fundo. Muitas coisas projectadas, foram concretizadas. Hoje, existe o Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas que foi pensado logo em 1995, pelos actuais órgãos, que não diferem muito daqueles que eram na altura.

ELO — Mas esses são todos pontos positivos. E quanto a pontos negativos?

J.M. — Por aquilo que eu me apercebo, desde o início da Associação, esta teria sido ou é uma das melhores direcções nacionais que alguma vez existiu. Primeiro, porque é composta por pessoas muito competentes e, depois porque estes dirigentes conseguiram arrumar as suas vidas de modo a dar algum tempo à Asso-

ciação, coisa que normalmente é difícil de acontecer. Existe um espírito de militância muito grande ao nível da Direcção Nacional, bem como ao nível dos outros órgãos. Têm conseguido estar, e actuar, em todos os campos da Associação, duma maneira muito pragmática, muito decidida e muito eficiente. Mas os êxitos das direcções ou os êxitos dos órgãos sociais pautam-se sempre em termos daquilo que se consegue de nova legislação, ou legislação acrescida. E neste aspecto haverá mudanças na legislação para muito melhor, principalmente para os associados que tiveram os seus acidentes em serviço. Ao nível da estrutura da Associação, nomeadamente aqui na Sede, hoje já podemos dizer que temos uma mini-clínica que, não substitui os hospitais militares mas é uma boa extensão qualificada dos mesmos. Ao nível dos serviços administrativos os sócios são mais bem atendidos, com mais eficiência e com maior rapidez. O próprio jornal ELO está a sofrer uma reestruturação que ainda não se pode dizer que esteja estabilizada, mas está a receber uma remodelação profunda. De maneira que eu, sinceramente, sem demagogia, não vejo pontos críticos ou pontos negativos nestes órgãos nacionais ou nesta Direcção Nacional.

ELO — Concorde com o facto dos órgãos sociais da ADFA apresentarem uma lista própria (Lista A)?

J.M. — Penso que sim, principalmente neste contexto em que órgãos sociais nacionais, com os novos estatutos, as novas perspectivas pretendem marcar um período da vida associativa. Como penso que é muito difícil à Associação ter uma equipa idêntica a esta, com o mesmo valor, com a mesma disponibilidade com a mesma militância, gostaria que fosse apresentado uma lista A. É claro que se existisse aquela cláusula estatutária de cada pessoa só fazer dois mandatos não se corria o risco de transformar as listas A quase em sucessões monárquicas.

ELO — Pretende candidatar-se?

J.M. — Nestas coisas sou muito sincero e franco, não escondo nada. Estou disponível para aquilo que for decidido em consenso associativo. Estes órgãos nacionais não-de reunir para tomar uma posição relativamente à apresentação ou não de uma lista A. Seria bom se apre-

sentassem, de resto todos os grupos de associados também se movimentam e escolhem, penso que sou uma pessoa minimamente dentro dos assuntos da Associação, agora obviamente isso depende não só da minha vontade mas da vontade dos associados que se movimentam à volta de Lisboa e dos associados e dirigentes de todo o país. Estou disponível para ficar nos órgãos como para não ficar, não faço questão, nem necessito, de me valorizar pessoalmente através da ADFA.

ELO — A cerca de três meses das eleições faz algum apelo aos sócios?

J.M. — A razão da existência da Associação deve-se ao facto de termos ficados deficientes na Guerra Colonial e disso nos acarretar uma situação especial dentro da sociedade portuguesa, e também de nos obrigar a associar, para que pudessemos enfrentar de uma maneira mais robusta, mais digna, os desafios da sociedade civil, bem como para mantermos activas a nossa política e a nossa reivindicação perante os órgãos do poder, que são aqueles que podem legislar e que podem melhorar a qualidade de vida dos deficientes militares. Nessa base, penso que as eleições não são de meia dúzia de pessoas, muito menos de 100 ou 200 elementos que vão ocupar os órgãos sociais. As eleições são, isso sim, de todos os associados, e aquilo que eu mais gostaria de ver na edição do ELO, depois do dia 15, era uma página comunicando os números de uma votação maciça em todo o país. De resto, é muito incómodo para quem é eleito, seja para os órgãos nacionais, regionais ou locais ser-se eleito por meia dúzia de associados. Além de em termos externos o poder político e o poder militar conhecerem esses números que aparecerem publicados no nosso jornal. É um apelo que eu faço a todos os associados e a todos os dirigentes nacionais para que aproveitem a campanha eleitoral, para esclarecer os associados para recolherem aquilo que eles querem. O presidente de Moçambique, Samora Machel, uma vez disse que ser-se governante de um país não é difícil, basta que se tenha a humildade de, quando há dificuldades, convocar o povo e perguntar-lhe como é que se vai sair dessa situação. E o povo encontra sempre uma saída. •

Nuno Crespo

Delegações — Comunicado

Representantes das delegações de Bragança, Coimbra, V. N. de Famalicão, Viseu e Porto, reuniram no dia 30 de Julho nas instalações da Delegação do Porto, para analisar o actual momento associativo face ao próximo acto eleitoral.

As delegações presentes consideram-se parte integrante do projecto associativo que se iniciou no actual mandato e que tem vindo a ser executado nas suas linhas fundamentais.

Considerando no entanto que o mesmo ainda não se encontra esgotado e atendendo ao actual momento associativo estão na firme disposição de levar por diante o projecto assumido que passa por uma ADFA autónoma e independente face a todas as tutelas, firmes e intransigentes na defesa dos direitos dos deficientes militares, acham do máximo interesse a realização de uma reunião a nível nacional com a presença de representantes de todos os Órgãos Sociais Nacionais e Locais para análise da vida associativa e tomada de posição face ao acto eleitoral que se avizinha.

Propõem que a referida reunião tenha lugar no dia 6 de Setembro p.f. e seja convocada pela M.A.G.N.

Desta tomada de posição vai ser dado conhecimento aos Órgãos Nacionais e Delegações solicitando-se a divulgação no jornal ELO.

Porto, 30 de Julho de 1997
Assinam as delegações supracitadas

Mesa da Assembleia Geral Nacional — Convite

Na sequência do comunicado elaborado no dia 30 de Julho, pelas delegações de Bragança, Vila Nova de Famalicão, Coimbra, Viseu e Porto, a MAGN, em reunião de 31 do corrente, decidiu:

1 — Convidar os Órgãos Sociais, Nacionais, de Delegações e Núcleos, para estarem presentes em reunião a realizar no próximo dia 6 de Setembro às 10 horas, nas instalações da Colónia Balnear da Aguda, em Arcozelo.

2 — É intenção da Mesa proporcionar a nível nacional e com os actuais representantes dos associados, uma reflexão sobre a actual situação da Associação em todos os aspectos da vida associativa, com vista a perspectivar a vida futura.

3 — Esta reunião servirá também, para que os Órgãos Nacionais (MAGN, DN e CFN), deliberem sobre a sua recandidatura ou não em lista A, ao próximo acto eleitoral de 15 de Novembro.

Atendendo a que esta reunião é informal e não estatutária, a Mesa, informa os elementos dos órgãos referidos, que os custos decorrentes desta reunião serão, como de resto é hábito, suportados pelos próprios.

Lisboa, 31 de Julho de 1997
A MAGN

A OPINIÃO DOS ELEMENTOS DA LISTA AUTÓNOMA DO CONSELHO NACIONAL

José Manuel da Silva Furtado

1 — As perguntas, tão directas e sem qualquer enquadramento, ficam esquisitas e dão a impressão de que escondem qualquer coisa que se quer encobrir (e não será esse, seguramente, o papel de um órgão de informação). Por exemplo, a pergunta “Tem a Associação demasiados órgãos sociais?”, além de deixar de fora quem eventualmente possa achar que ainda são poucos, parece-me que, ao ignorar que são os que resultam dos Estatutos democraticamente aprovados após ampla discussão, pretende reabrir uma questão em que internamente tinha sido encontrado algum consenso.

2 — A pergunta “O que faria para alterar a situação?” ao não respeitar a opinião de quem poderá achar positivo o projecto associativo e desempenho dos actuais órgãos nacionais” questionado na pergunta anterior, pressupõe que toda a gente quer “alterar a situação”. A uma pergunta tão tendenciosa como esta eu responderia que, concerteza, não faria nenhum golpe de mão. (Penso que, no seio da Associação, a esperada atitude democrática de quem eventualmente possa não concordar com qualquer gestão é, numa primeira fase, transmitir aos gestores a sua opinião e as suas razões e depois constituir-se como alternativa em processo eleitoral).

3 — Não se percebe o que poderá estar por detrás da pergunta “Concorda com a forma como o processo eleitoral se desenrola?” Das duas uma: se o processo decorre conforme os Estatutos e o regulamento Eleitoral, nada de anormal se passa e não se justifica a pergunta, se o ELO tem conhecimento de algo contra a legislação geral ou interna, deverá denunciá-lo.

4 — Outra pergunta que, salvo melhor opinião, considero descabida é a de que se “Devem os órgãos sociais da ADFA apresentar uma lista própria (lista A)?”. Parece-me demasiado óbvio que só a esses órgãos competirá decidir da sua recandidatura ou não.

Posto isto, de todo o inquérito, só restam duas perguntas a que poderia responder (a nº 2 e a nº 6), o que por ser tão pouco nem vale a pena.

Manuel Branco

- 1 — Não.
- 2 — Sim.
- 3 — Exigência de maior rigor funcional. Critérios de fiscalização e controlo mais rigorosos.
- 4 — Sim
- 5 — Sim. Como garantia de existência de uma lista candidata.
- 6 — Vou ponderar.

António Augusto Almeida Santos

1 — A ADFA tem órgãos sociais suficientes, para os quais é mobilizado um grande número de associados em todo o país.

2 — Que projecto está no poder numa organização como a ADFA, com uma massa associativa bastante dinâmica, é obviamente sujeito a críticas. Independentemente da conduta dos órgãos nacionais, penso que é importante corrigir a acção da lista autónoma ao C.N., já que os conselheiros são representantes dos sócios naquele órgão deveria haver uma maior ligação entre conselheiros e sócios.

3 — O que me parece que há a fa-

- 1. Tem a Associação demasiados órgãos sociais?
- 2. Faz alguma crítica ao projecto associativo e desempenho dos actuais órgãos nacionais?
- 3. O que faria para alterar a situação?
- 4. Concorda com a forma como o processo eleitoral se desenrola?
- 5. Devem os órgãos sociais da ADFA apresentar uma lista própria (lista A)?
- 6. Pretende candidatar-se?

zer não poderá ser feito a título individual, por outro lado a minha vida profissional deixa-me pouco tempo para uma correcta participação associativa.

4 — Sim, concordo.

5 — Qualquer grupo de sócios, desde que reúna as condições estabelecidas, poderá candidatar-se. Os órgãos sociais têm direito a fazê-lo, se assim entenderem, quanto mais listas houver mais dinâmico e participativo se torna o processo.

6 — É minha intenção não me candidatar a nenhum órgão.

José Noronha

1 — Não. Penso, no entanto, existirem órgãos que não funcionam convenientemente por falta de interesse e/ou por incapacidade.

2 — Continuo a defender o actual projecto como sendo o melhor para a ADFA.

• Apoiou a prática iniciada da realização de reuniões de executivos Nacional e de Delegações, assim como a prática esboçada da responsabilização, por área de intervenção, dos elementos da D.N.

• Acho que o Conselho Nacional não cumpre a sua vocação de ser o órgão defensor das linhas orientadoras da acção associativa.

3 — Institucionalização de, pelo menos, duas reuniões anuais entre executivos

• Dignificar o papel Associativo das Delegações e responsabiliza-las nas suas competências.

• Fomentar, através do Conselho Nacional, o debate dos temas de actualidade no seio da ADFA.

4 — Com o processo concluído alteraria a forma de apresentação das listas. Cada órgão deverá ter eleição em lista própria e autónoma.

5 — Sim, se acreditam no projecto.

6 — Estou disponível para defesa do projecto.

Augusto Correia da Silva

1 — Órgãos Sociais da ADFA: Na minha óptica e dar ter sido um dos muitos que estiveram a dar o corpo ao manifesto na feitura da “Revisão Estatutária” e a ela me identifico a resposta será a (de que não há órgãos sociais a mais).

Poderá, isso constato é que a ADFA, e muito em especial algumas Delegações (apenas têm o nome de Delegações) não conseguem rever-se nesta nova dinâmica emanada da Revisão Estatutária.

2 — Projecto Associativo e desempenho dos actuais órgãos. Dada a relativa duração do mandato saído nem há 1 ano, não se me afiguram críticas a fazer, (dado que, pelo contrário, parece-me apoiar a dinâmica que tem sido levado a cabo por estes Órgãos Sociais Nacionais).

3 — Prejudicado em função do exposto em 2.

4 — O processo eleitoral quanto a mim não é passível de contestação uma vez que é um imperativo estatutário, falando do acto em si — eleições. Quanto ao modo de preparação das listas alguns reparos se me afiguram serem de analisar.

a) Formação de listas candidatas:

• Deveria haver uma dinâmica associativa de modo a que aqueles que pregaram por uma ADFA mais forte e coesa, possam dar o seu contributo com ideias e projectos de modo a que os candidatos e os associados corporizassem o próprio programa de acção e desenvolver no respectivo mandato, regra geral, através de reuniões para a formação das listas (candidatos) e programa de acção.

b) Programas de acção:

• A mesma dinâmica e empenhamento dos sócios e candidatos aos órgãos, quer nacionais, quer locais, que descrevi em a).

5 — Lista A:

Poderá eventualmente ser discutível se os órgãos sociais deveriam apresentar lista própria (lista A) aos órgãos sociais da ADFA. Na minha óptica, não deveria ser necessário tal ocorrência se se conseguisse implementar a tal dinâmica que expus em 4). Contudo a experiência ao logo destes 23 anos de existência da ADFA adquirida, encaminho-me a opinar que talvez não estejam criadas condições na ADFA que permitam equacionar a não existência da tal lista A, (até porque poderia a ADFA correr o risco de se encontrar em certas ocasiões, num impasse Directivo (recentemente vai acontecendo).

O processo de formação da lista “A” deveria, na sua elaboração, basear-se no que expus em 4).

6 — Candidatar-me?

Respondendo sucintamente: Não.

Albertino Flores Santana

1 — Penso que não. O meu reparo vai para o mau funcionamento de alguns e para a total ausência de funcionamento de outros.

2 — O projecto associativo da ADFA foi sufragado pelos seus associados e enquadra-se nos seus princípios e objectivos.

Os actuais órgãos sociais concerteza que podiam e deveriam ter feito mais, tantas são as necessidades e os problemas ainda por resolver, mas em sete meses de mandato, e derivado ao que a ADFA é, não sei se seria possível a quem quer que fosse ir muito mais longe.

3 — Envolveria mais os associados no projecto associativo, fundamentalmente nas componentes da dinamização e cultura.

4 — Durante muitos anos critiquei e lutei para que acabasse o sistema antidemocrático das “declarações de voto”, a que a última revisão estatutária pôs finalmente fim.

Actualmente, e excluindo a necessidade de melhorar ainda mais os estatutos, considero o processo eleitoral democrático.

5 — Independentemente do aparecimento, ou não de outras listas, e para além de estatutariamente tal estar consignado, os actuais órgãos sociais, para criarem estabilidade na ADFA e porem em prática o programa que por falta de tempo ainda não cumpriram, devem apresentar uma lista própria.

6 — Sou um sócio empenhado, e ainda não vi concretizado o projecto que garante iguais direitos e regalias a todos os Deficientes das Forças Armadas.

Nesse sentido, e se existir uma boa equipa, estou disponível para continuar a dar o meu melhor à nossa ADFA.

Farinho Lopes

1 — Sim, na D.N. 5 elementos bastava.

2 — Não. Por mim tudo bem.

3 — Nada.

4 — Sim.

5 — Sim.

6 — Não.

Jerónimo de Sousa

1 — O problema dos órgãos sociais de uma organização têm fundamentalmente a ver com três ordens de factores:

• grau de vitalidade e de complexidade da organização

• modelo de gestão e de participação dos associados ou membros na orientação e no funcionamento da organização

• grau de adesão, de militância dos seus membros

Ao nível dos órgãos sociais nacionais parece-me ajustada a actual estrutura.

Ao nível das Delegações parece-me demasiadas complexas, em consequência aliás da própria estrutura actual e filosofia das Delegações, pois em vários casos estão desajustadas face à realidade associativa local.

2 — Numa organização democrática, há duas regras fundamentais que cada membro dela deve respeitar:

• a legitimidade dos projectos sufragados em eleições;

• o direito posterior à crítica — leal, construtiva e aberta — por parte dos que não se revêem no projecto.

Podendo naturalmente pensar que era possível fazer outras coisas e que eram possíveis outras opções para a ADFA, reconheço que o projecto associativo é interessante, corajoso e procura antecipadamente soluções para problemas que hoje não parecem ainda tão importantes quanto o vão ser no futuro.

Ao nível dos desempenhos, penso que a postura verdadeiramente nacional e a mobilização da ADFA como um todo, interagindo com todos os pólos, constitui a pedra de toque dos actuais órgãos.

Há com certeza aspectos a melhorar, nomeadamente ao nível da comunicação interna com os trabalhadores,

pois os processos de mudança, que têm de ser contínuos, pressupõem uma boa comunicação interna.

3 — O problema da ADFA como organização com a dimensão e a estrutura de recursos humanos e objectivos que possui, não se limita á questão do desempenho dos seus órgãos nacionais, ou locais.

Trata-se de um problema de fundo, isto é, trata-se de organizar um modelo de organização, de gestão que permita conciliar o modelo actual de funcionamento dos órgãos com os problemas de gestão, complexos e variados que o dia-a-dia coloca.

É urgente repensar a gestão, libertando os órgãos sociais para a direcção política de casa, para a comunicação com os sócios e as Delegações, para aquilo que é genuinamente associativo.

Esse é um desafio que se coloca a quaisquer órgãos sociais.

4 — Quando se fala em forma de processo eleitoral podemos considerar duas coisas:

• uma o processo formal constante dos regulamentos;

• outra o modo como tem decorrido o processo, as posturas e comportamentos inerentes.

Relativamente ao primeiro ele é mais ou menos universal e adequado.

Quanto ao segundo aspecto, penso que há necessidade de avaliar o que se tem passado e tentar alterar algum tipo de posturas.

Parece-me ser necessário assumir claramente:

• o projecto da ADFA é um projecto de todos, não há direitos especiais, nem estatutos especiais, nem deveres especiais;

• o que está em causa, nos momentos eleitorais e fora deles, são os interesses da ADFA e são eles que se devem sobrepor a tudo mais.

Por muito legítimos que sejam os interesses dos sócios, eles devem naturalmente articular-se e conjugar-se com os da ADFA;

• a diversidade de opiniões, a divergência é algo de muito bom para uma organização. Todavia a diversidade e divergência não significam, não podem nem devem significar, conflitualidade gratuita e permanente, obstacularização sistemática.

Parece-me que na ADFA há um arquétipo da necessidade de conflito permanente, da existência contínua de adversários.

A apetência por níveis de conflitualidade agressiva, será talvez um trauma que lhe ficou do passado.

É fundamental entender a ADFA como um espaço de cooperação e solidariedade, de partilha de problemas e de construção conjunta de soluções.

Como é óbvio, neste espírito há lugar, há necessidade da divergência, da crítica, da concorrência entre projectos e perspectivas, mas num clima de solidariedade.

5 — Essa é uma questão que a eles diz respeito, porque esse dever a existir decorre da sua consciência e não de nenhum imperativo externo.

6 — A resposta da praxe é dizer não, invocando argumentos de vária ordem.

Partilha da filosofia de que os membros de uma organização têm o dever de estar disponíveis para servir. Essa é a minha postura, embora seja claro para mim que servir a ADFA não é apenas através dos órgãos sociais.

Muitas das cartas que chegam à Redacção do ELO são demasiado extensas. Agradecemos que, no futuro, os seus autores sejam o mais objectivos e sintéticos possível para que os textos possam ser publicados na íntegra. De outro modo, ver-nos-emos obrigados a publicar apenas o essencial das cartas, eliminando o que nos parecer menos importante, procedimento que pretenderíamos evitar a todo o custo, pois poderá ser interpretado como forma de censura. Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Diploma injusto

Em relação ao diploma dos Capitães-Coronéis (decreto-lei 134/97) venho expor o seguinte: Pelo que tenho vindo a tomar conhecimento desde que sou DFA, e lido através do jornal ELO, verifico que de facto há algumas injustiças em relação alguns deficientes militares em benefício de outros. Para reforçar a vossa tomada de posição em relação ao tal diploma aqui fica o relato da minha situação que de algum modo não é das piores, seguramente. Era 1º Sargento Pára-quedista até que num salto em pára-quedas, num exercício operacional em 1987, fiquei deficiente. No encerramento do processo não me sentia nas melhores condições

para continuar ao serviço, o que poderia ter acontecido mais tarde, mas aí sem oportunidade de o poder fazer. Passei à Reforma Extraordinária no 3º escalão porque tinha poucos anos de serviço. Do risco de voo, causa principal do acidente, pouco recebo, porque tinha poucos semestres. Os meus colegas de curso são todos Sargentos Ajudantes quase Sargentos Chefes, ficando assim a minha carreira e os meus objectivos pelo caminho.

Há pouco tempo pedi a graduação ao posto a que tinha direito (decreto-lei 295, 210/73) foi-me recusada porque não foi resultado do serviço de campanha ou de manutenção da ordem pública ou da prática de humanitário, mas sim na situação de risco agravado o que é equipa-

rado a campanha. Não entendo. É certo que o meu acidente não foi na guerra colonial, mas também é certo, que os militares, tal como no anterior regime, estão ao serviço da Nação e à mercê dos políticos em serviço, e que, na sua instrução para que possam estar preparados quando forem chamados correm riscos. Eu fazia parte do Batalhão que mais tarde foi chamado a fazer a primeira comissão na Bósnia e como tal correndo os riscos da própria missão.

Eu acredito na ADFA e pena tenho de não poder participar mais activamente pelo facto de me encontrar longe e numa localidade um pouco isolada.

Para terminar, desejo-vos muita força coragem e sucesso na luta pelo bem

social dos deficientes militares e todos os deficientes em geral.

Luis Moreira
Sócio n.º 12061

Tempo esquecido

Esquecendo os infortúnios que têm atingido alguns destes deficientes, parece não ter sido ainda lembrado os que cumpriram maior tempo militar que o normal, por via da deficiência adquirida na guerra colonial. Veja-se o meu exemplo: Em Angola cumpri três anos e não dois, em Moçambique dois e aqui no Continente, em alturas diferentes, mais ou menos três anos. Com a percentagem maior a desvalorização são 17 anos e tal de serviço prestado ao exército e ao Estado. Apa-

rentemente, nunca ninguém se quedou sobre este problema, não o compreendeu ou não teve coragem para o resolver. Além de flagrante é doloroso.

P.S. Francamente, não acredito que apenas a publicação no ELO seja suficiente para a plena resolução deste tipo de problemas mas sim mais com o interesse da nossa Direcção e pelo seu ilustre representante junto do Ministério da Defesa Nacional, entidade à qual já escrevi uma carta em Janeiro último, ainda sem resposta. De notar que pela Caixa Nacional de Aposentações não tenho ou não virei a ter qualquer outro direito de reforma pela mudança de legislação anunciada.

António Batista Pereira
Sócio n.º 8196

Apoiamos uma Agricultura Moderna e Competitiva

Consulte
os nossos Serviços
Estamos em todo o País



INSTITUTO DE FINANCIAMENTO E APOIO
AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS

FOTO DO LEITOR



A fotografia deste mês foi enviada por António Prata Inês, associado da Delegação de Bragança, residente em São Vicente da Beira, e a foto foi tirada na Guiné, no ano de 1971. Tal como tem acontecido com as fotografias publicadas até hoje nesta secção, o associado vencedor receberá o livro "As barreiras invisíveis da integração", sobre a temática da deficiência. O ELO recorda que o tema das fotografias é livre e junto de cada uma deverá constar a morada do associado, data, autoria e acontecimento a que se reporta, bem como o desejo (ou não) da sua devolução.

la batteria con più energia!
Supera

MADE IN ITALY

Na ADFA
a bateria SUPERA,
supera tudo e todos!

65%
desconto
aos associados

Informe-se: Superbaterias Lda.
Rua Cidade de Tomar, 19, 19B
(Quinta das Lavadeiras) Lumiar — Lisboa
Tel./Fax: (01) 757 35 61

A demissão do Conselho de Redacção

O ELO amputado

O ELO aí está como alguém quer que ele esteja: transformado numa espécie de mensário regional, a que já nem faltam as crónicas da Igreja Apostólica Romana. Daqui até às "As Armas e os Barões Assinalados" é só um saltinho. O "Nobre Povo e a Nação Valente" voltará a marchar contra os canhões e talvez a produzir novos deficientes ainda antes de se resolverem os problemas dos da Guerra Colonial.

Mas, como dizia o poeta, "o que faz falta é avisar a malta!" e assim o nosso jornal devia interessar-se pelos problemas dos deficientes militares. Servir para nos manter informados das sacanices que nos vão fazendo e do modo como nos vamos defendendo dos ataques legislativos que vão surgindo como os "sem pensão", os deficientes em serviço, as viúvas, as leis dos "coronéis", os escalões. Existe uma forja acesa onde fervilha o ataque aos nossos bolsos através dos impostos e a perda de regalias de assistência médica, que se prepara com a remodelação dos serviços de

saúde militares. O ELO devia dizer tudo isto, mas não diz. Quando muito, vai-se perdendo numa espécie de verborreia com pretensões intelectuais verdadeiramente lastimável.

Foi para isto que, a Direcção Nacional, servindo-se de um subterfúgio de que nem o Morgado de Fafe na sua esportividade se lembraria, (talvez Kafka se lembrasse) resolveu demitir todo o Conselho de Redacção, onde alguns dos seus elementos ainda se opunham a esta transformação do ELO num "Publicozinho" bacoco de trazer por casa. Para fazer um jornal como o nosso é preciso ter tarimba e conhecer o público a que se destina, o que, em nosso entender, (e pelo trabalho final apresentado) falta ao Corpo Redactorial. Porque razão não se publicou uma foto da Assembleia Geral Nacional Ordinária da ADFA e em seu lugar se enche uma primeira página com publicidade à EXPO'98. Por que razão deixaram de ser feitas reportagens da reunião da DN com os sócios, na Sede, e as res-

pectivas convocatórias se encontram quase invisíveis? Porque razão não se noticia de forma mais pormenorizada as reuniões da DN com O Governo? É urgente, pois, repor o funcionamento do Conselho de Redacção onde continuem a estar representadas todas as sensibilidades da ADFA. Sem ele, o ELO, poderá vir a transformar-se na "Voz do Dono" que foi durante vários anos e em que mais não fez do que apoiar a política dos Órgãos Sociais".

Está nas nossas mãos continuar a mudança que o extinto Conselho de Redacção lhe imprimiu, ou deixar que ele se transforme num "pasquim" ao serviço dos interesses do momento.

Os milhares de contos anuais a mais que agora se gastam com o ELO, são retirados aos bolsos dos sócios, por isso, o jornal, terá de estar ao seu serviço.

Os ex-conselheiros de Redacção
Armindo Roque
Carmo Vicente

Nota da Direcção Nacional

EM VIRTUDE da carta publicada versar matéria de decisão da Direcção Nacional o ELO entendeu ouvir este órgão, que referiu o seguinte:

Face à carta enviada pelos dois signatários, elementos do Conselho de Redacção enquanto existiu, cabe em matéria de verdade salientar:

1. Contra a vontade subjacente à sua criação, o Conselho de Redacção nunca assumiu na plenitude as funções que era suposto exercer, sendo outrossim, o areópago de alguns colaboradores permanentes que utilizaram o facto de a ele pertencerem para fazer valer os seus pontos de vista e direito de espaço redactorial.

2. Estes critérios, só de alguns, entraram em rota de colisão com a orientação do ELO e com a equipa que o executa, tendo sido feitas, designadamente pelos subscritores, acusações pessoais de alguma gravidade, que o bom senso e a noção de estarmos todos na mesma casa permitiram não levar mais longe.

3. Por mera informação, realce-se que os subscritores do documento foram dos que puseram o lugar à disposição, não aceitando a sugestão de continuar, tal como se encontravam, com o estatuto de colaboradores permanentes.

4. Pretendeu-se, no momento daquela decisão por parte de alguns elementos do Conselho de Redacção, a opção clara entre a equipa técnica que faz o ELO e a equipa política que o criticava.

A Direcção Nacional assumiu a continuidade do nosso jornal com aqueles que, apesar das dificuldades, o fazem sair, preterindo os "académicos" que dele se queriam aproveitar, sem capacidade, no entanto, de o editar.

Nota da Redacção

Ponto 1 — Porque não são, nunca foram e jamais virão a ser, profissionais da comunicação, o corpo redactorial não reconhece legitimidade aos autores da carta para discutirem questões jornalísticas. O simples facto não terem qualquer espécie de formação na matéria — aliado a uma leitura, e consequente análise, medíocre do jornal — não deixa dúvidas sobre o ridículo das conclusões apresentadas. Quer se goste ou não, longe vai o tempo em que a ignorância se camuflava de citações pontuais desprovidas de qualquer sentido, apenas para despistar o desconhecimento de factos, veiculando assim inverdades.

Ponto 2 — Cada vez mais existem assuntos verdadeiramente importantes para serem transmitidos aos sócios e, dado que a gestão do espaço útil para o material a publicar se revela complexa, é de lamentar que sejam elementos do extinto Conselho de Redacção a ocupar esse espaço através do envio de textos completamente obsoletos, bem ao estilo das antigas alcoviteiras que, na incapacidade de resolverem os problemas em casa, expunham questões pessoais na praça pública com o nível que o estatuto lhes conferia. Por cada vez que se publicar uma carta deste calibre, ficam na gaveta informações, notícias e reportagens onde duas únicas linhas se revelam certamente mais úteis para os associados do que textos idênticos ao enviado.



IBERPEÇAS
SOBRESSALENTES AUTO, LDA.

ALHAMBRA



OFICINAS / PEÇAS

RUA CIDADE DE RABAT, LTE. 2-B - 1500 LISBOA - TELF. 778 60 07
RUA HERÓIS DO CHAIMITE, LTE. 8 - 2675 ODIVELAS - TELF. 937 60 40

STANDS

AV. ALMIRANTE GAGO COUTINHO, Nº83 - LOJA - 2675 PÓVOA DE STº ADRIÃO
RUA ELIAS GARCIA, LTE. 8-B - VENDA NOVA - 2700 AMADORA

CONTACTOS

ALBERTO PINTO: TELF. 757 04 22 - TLM 0931 26 61 53
LUÍS MENEZES: TELF. 937 60 40 - TLM 0931 85 42 45

«CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS»



URGÊNCIAS DENTÁRIAS
&
SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE

Linda-a-Velha (01) 414 69 90 Lagos (082) 764189
Algés (01) 411 46 66 Castelo Branco (072) 321129
Pinhal Novo (01) 2381694 Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADMG, ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS (outros ex.Marconi, Telecom)
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados



Os novos velhos

Alice Vieira

Desde que o meu vizinho de cima está reformado, ou seja, desde que a empresa em que trabalhava o pôs na rua com uma miserável reforma antecipada, nunca mais tive sossego: pregos, martelos, berbequins, maçaricos, blequendéquers, nenhum instrumento de tortura auditiva falha no concerto. Porque, desde que está reformado, o meu vizinho passa o tempo todo a fazer prateleiras. Quando encontro a vizinha Amélia, ela queixa-se de que já não sabe o que fazer a tanta prateleira, e o pior é que as prateleiras ficam sempre um bocadinho tortas, a gente olha para elas e tem medo de lá colocar seja o que for, não vá aquilo vir tudo por ali abaixo. Porque o "Senhor Mateus" (a vizinha Amélia chama sempre ao marido "Senhor Mateus") "nunca foi muito dado a trabalhos de mãos, a única coisa que sabia era preencher papelada atrás de um balcão". Mas o que pode um homem fazer quando passa dos 50, está ali cheio de saúde, e lhe dizem que não presta? Ao menos, diz a vizinha Amélia, "sempre está ocupado com as prateleiras, e não fica, como muitos colegas, a enferujar a um canto da casa". Todos os meses a vizinha Amélia vai a farmácia aviar uns remédios que o médico receitou, nada de especial, vitaminas, cálcio, ferro, que o médico já disse que o Senhor Mateus há-de chegar até aos 90. Às vezes a vizinha Amélia murmura que ainda está para saber por que raio se tem tanto cuidado com a saúde, por que raio a medicina avança e se inventam vacinas e pílulas e remédios para se viver cada vez mais anos, e depois se põem de lado as pessoas como trapos velhos. A vizinha Amélia nem gosta de sair à rua, "está tudo cheio de gente nova que olha para nós como se estivéssemos a cometer um pecado por durarmos tanto".

Mas sempre vai até ao café, para espairar, enquanto eu subo até casa, e meto a chave à porta no meio de uma sinfonia de serras eléctricas no andar de cima, onde o Senhor Mateus, a transbordar de energia, vitaminas, ferro e cálcio, se prepara para chegar aos 90 enchendo a casa de prateleiras tortas, porque se morre cada vez mais tarde, e se é velho cada vez mais cedo.



DIRECTOR: António Carreiro
 PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600 - Lisboa
 Telefone: 01 7570502 Fax 01 7571319



Comparticipações das ADM

NA SEQUÊNCIA de uma proposta feita pela ADFA ao Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas, para actualização dos factores K e C das tabelas de participações das ADM (Assistência na Doença aos Militares), foi publicado, dia 16 de Julho, um despacho do Ministério da Defesa Nacional que actualiza os valores destes factores. Assim, nas novas tabelas, que entram em vigor a partir do dia 1 de Agosto, está previsto, por exemplo, nos actos médicos cirúrgicos e não cirúrgicos um aumento dos factores K e C de aproximadamente 38 por cento. Em relação aos meios de terapêutica, estomatologia, instrumentos de prótese e enfermagem o aumento dos factores K e C cifra-se aproximadamente em 4,5 por cento.

Reunião extraordinária do Conselho Consultivo

Cálculo de pensões divide Governo e ADFA

O CONSELHO Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA) reuniu-se extraordinariamente, dia 23 de Julho, a pedido da ADFA, para analisar os projectos de diplomas sobre a situação dos deficientes em serviço, viúvas e constituição das juntas médicas da Caixa Geral de Aposentações, entregues à Associação na última reunião do CCADFA, dia 18 de Junho. Entre as várias reivindicações da ADFA que as propostas de decreto-lei abrangem, apenas a revisão do cálculo da acumulação da pensão de invalidez com a pensão de aposentação continua a suscitar divergências.

Relativamente às discordâncias que existiam quanto à revisão do grau de incapacida-

de; ingresso na Função Pública e atribuição de pensão aos familiares dos deficientes falecidos — e que motivaram a reunião extraordinária — o Ministério da Defesa Nacional (MDN) concordou com os argumentos apresentados pela Associação. Desta forma, passará a ser possível às viúvas dos deficientes em serviço e campanha requerer a revisão do processo para atribuição de uma pensão com base na pensão de invalidez do marido falecido. A medida fica, no entanto, sujeita a aprovação orçamental por parte do Governo, uma vez que a ADFA ficou de apresentar uma estimativa orçamental dos custos da sua aplicação.

Em relação ao abaixamento do grau de incapacidade para a qualificação de grande defi-

ciente, de 70 para 60 por cento, está já concluído um projecto de diploma que espera a aprovação do secretário de Estado da Defesa, Júlio Pereira Gomes.

O MDN admitiu ainda a possibilidade do tempo antes do serviço militar ser contado para efeitos da reforma de aposentação. A posição da Associação ficou de ser transmitida ao secretário de Estado.

Durante a reunião do CCADFA foi também abordada a situação dos associados internados no anexo do Hospital Militar Principal. Responsáveis da ADFA disseram ao ELO "terem sido informados de que o processo destes grandes deficientes encontra-se em fase de revisão do Estado Maior do Exército". • N.C.

Criado Conselho Nacional de Reabilitação

Associação dá parecer negativo

PARA "proporcionar a participação dos serviços públicos, dos parceiros sociais e do movimento associativo interveniente nas áreas da prevenção, reabilitação e integração das pessoas com deficiência" o Governo decidiu criar o Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (CN-RIPD). A estrutura funcionará (através da emissão de recomendações e pareceres) como órgão de consulta do ministro da Solidariedade e Segurança Social. No entanto, apesar de ADFA considerar a iniciativa "positiva", a Associação não concorda com a forma encontrada para a composição do CNRIPD — por áreas de deficiência — pois acha que esta não con-

duz a uma "representação real do universo dos deficientes".

Em declarações ao ELO, Lopes Dias, da Direcção Nacional da ADFA, referiu que "a representação através de áreas de deficiência, não esgota a participação das organizações não governamentais na composição do Conselho Nacional", explicando que a Associação, porque se trata de uma organização de multi-deficientes, com uma origem específica na causa da deficiência, "não pode ser englobada numa área de deficiência. Só assim se compreende que o Ministério da Defesa esteja representado no CNRIPD", conclui. Para os responsáveis da Associação, "esta grave lacuna legislativa certamente não

teria acontecido se o projecto de diploma tivesse sido distribuído antecipadamente às organizações representativas das pessoas com deficiência, apesar das duas audições públicas efectuadas, em Lisboa e Porto, pelo secretário Nacional de Reabilitação". Os mesmos responsáveis, sustentam que "por várias razões, o movimento das organizações de e para deficientes não está ainda devidamente estruturado para nomear pacificamente os seus representantes para este Conselho", e afirmam a total disponibilidade da ADFA "para colaborar na estruturação do movimento das organizações de deficientes, a fim de dar resposta ao desafio lançado pelo Governo com a criação do Conselho Nacional". •

TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:
 Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00
 TM: 0931 25 50 23
 Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83
 TM: 0931 26 61 53

